

REVISTA

humanas

Nº 3 | OUT/23

AGENTES DO AGORA

ENTREVISTA
EXCLUSIVA
**NILMA
LINO
GOMES**

DOSSIÊ
**EDUCAÇÃO
ANTIRRACISTA**
LORRAINE ANDRADE

UMDOIS
**O PAPEL DO
TURISMO NA
EDUCAÇÃO
ANTIRRACISTA**
THAÍS ROSA PINHEIRO

UMDOIS
**EDUCAÇÃO
URGENTE**
MELINA DE LIMA

CONTO INÉDITO
**ALGUÉM PODE
ESTAR OUVINDO...**
LU AIN-ZAILA

REPORTAGEM
**ARTE: A AULA
ANTIRRACISMO
DOS ADULTOS**
GABI ALBUQUERQUE

UPLOAD
**O AFROFUTURISMO
NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO**
ANA PAULA SIMONACI

sesc



EDITORIAL

O combate ao racismo e a promoção e visibilidade da cultura negra tem sido um caminho institucional no Sesc RJ. Principalmente nos programas de Educação e Cultura, promovemos editais, realizamos curadorias e desenvolvemos projetos com o compromisso de tornar a temática racial uma agenda sistêmica na instituição.

Nós, da Revista Humanos, sabemos que a ciência e a educação também foram utilizadas como ferramentas de dominação e exploração em muitos momentos da história. Dessa forma, a revista procura, em sua concepção fundamental, repensar os processos de construção do conhecimento científico e educacional, levando em consideração as desigualdades e opressões comprovadamente impostas a grupos raciais minorizados. Ou seja, contribuir para a decolonização do pensamento e das práticas científicas, educativas e culturais para torná-las mais inclusivas, democráticas e justas.

Nesta edição, intitulada “agentes do agora”, a abordagem racial é base e tema principal

da revista! O agora é o único momento que atuamos para que todos tenham as mesmas oportunidades, direitos e acessos. É no presente que revemos passados e pensamos futuros. É sempre no agora que podemos conhecer e visibilizar o povo negro que, com suas tecnologias, contribui profundamente para a formação do nosso país.

Trazemos, com muita honra, uma entrevista inédita de Nilma Lino Gomes, pedagoga, ex-ministra do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, e primeira mulher negra do Brasil a comandar uma universidade pública federal (UNILAB). Na capa, uma ilustração também inédita do artista visual, Rynnard Milton, natural da região do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, que tem sua pesquisa artística voltada para memória e fotografia, colagem digital e cultura afro-brasileira. Contamos ainda com artigos de pesquisadores, professores e ativistas que abordam o tema sob diferentes perspectivas.

Como diz o nosso analista responsável pelo Projeto CONSCIÊNCIAS da área de Educação, Adriano Rocha: “É possível conhecer a cultura africana e afro-brasileira, reconhecendo que a história do povo negro não começa e não termina na escravização. Esse processo de conhecimento desconstrói estereótipos e preconceitos.”

Continuemos trabalhando juntos para promover a decolonização da ciência e a educação antirracista. Boa leitura!

ANTONIO FLORENCIO DE QUEIROZ JUNIOR

Presidente do Conselho Regional do Sesc no Estado do Rio de Janeiro



SUMÁRIO

04

DOSSIÊ

Educação Antirracista, por Lorraine Andrade.

08

ENTREVISTA

Em entrevista exclusiva, a professora, antropóloga e socióloga Nilma Lino Gomes.

22

bioETC

Evolução Humana, por Cláudia Russo e Rejane Nóbrega.

24

REPORTAGEM

Arte: A Aula Antirracismo dos Adultos, por Gabi Albuquerque.

28

umDOIS

Um tema e duas colunas. Diferentes universos: O Papel do Turismo na Educação Antirracista, por Thaís Rosa Pinheiro. Educação Urgente, por Melina de Lima.

32

emREDE

Pesquisadores do mundo contam sobre o impacto causado pelo fascínio com suas pesquisas em suas vidas.

38

UPLOAD

O Afrofuturismo no Brasil Contemporâneo, por Ana Paula Simonaci.

40

QUADRINHANDO

Quadrinhando traz a cada número desenhistas convidados a seguir o fio narrativo dos números anteriores, criando uma obra aberta e coletiva. Neste edição: Aline Zouvi, quadrinhista e ilustradora.

44

CONTA-ME UM CONTO

Lu Ain-Zaila traz, nesta edição, o conto inédito "Alguém Pode Estar Ouvindo...".

46

DE OLHO NO SESC

Confira os projetos em atividade no Sesc RJ.

SOBRE A REVISTA

EQUIPE SESC RJ

Diretor de Desenvolvimento Institucional:

Luiz Assumpção Paranhos Velloso Júnior

Diretor de Programas Sociais:

Fernando Alves da Silva

Diretor de Comunicação e Marketing:

Heber Moura

Gerente de Educação:

Adriana Santos

Gerente de Comunicação:

Rogério Rezende

EXPEDIENTE

Coordenação Editorial e Executivo:

Ana Paula Simonaci Valentim e Rejane Nóbrega

Direção de Arte, Diagramação e Finalização:

Caio Rabello Muniz

Capa: Victor Prado

Ilustração da capa: Rynnard

Revisão: Paula Lessa

Reportagem: Ana Paula Simonaci

Coordenação de Comunicação e MKT:

Alessandra Barcelos

Coordenação de Mídias Digitais:

Elisa Travalloni

Jornalista Responsável:

Ana Paula Simonaci MTB 42350/RJ

A Revista Humanos é uma publicação bimensal que surge da ideia do quão encantador é o conhecimento, apresentando pesquisas, cientistas, artistas, jornalistas, pensadores, coletivos e contextos a partir das interseções entre arte, ciência e tecnologia.

Com uma circulação de acesso gratuito, impresso e virtual, nosso objetivo, a cada edição, é apresentar ao leitor um determinado tema e discuti-lo a partir de múltiplos olhares, para que haja a circulação de ideias, de novas ideias, para socializar a ciência nos diferentes campos do conhecimento e entender a função da educação científica para novas e alegres sociabilidades.

O caráter sempre inovador do “conhecer”, a vontade de diálogo e a proposta para redes de temas e públicos exigem ampla pesquisa e dedicação do corpo editorial e de diversos convidados - intelectuais, cientistas e realizadores, tanto de trajetória extensa, como também de jovens pesquisadores.

As edições são completas por perfis, contos inéditos, artigos, ensaios, dossiês de pesquisa e entrevistas. A revista busca manter o teor científico, de forma acessível, prezando por linguagem de qualidade, tanto textual quanto visualmente.

A Revista HUMANOS é uma proposta da área de Educação do Sesc RJ. Temos a satisfação de trabalhar com a capilaridade do Sesc para ampliar a apropriação do conhecimento científico, possibilitando a alegria e o despertar para o fascínio inerente ao conhecimento.

BEM-VINDOS A BORDO!

A Revista Humanos é uma publicação do Sesc Rio de Janeiro sob coordenação da Gerência de Educação e da Gerência de Comunicação. Distribuição gratuita. Nenhuma pessoa está autorizada a vender anúncios. Esta publicação está disponível no site: <https://portaldaeduacao.sescrj.org.br/>

SESC RJ ARTE CIÊNCIA TECNOLOGIA

DOSSIÊ

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

LORRAINE ANDRADE

Ao pensar nas proposições para efetivação de uma educação antirracista, somos lembrados da célebre frase “Numa sociedade racista, não basta não ser racista. É necessário ser antirracista” de Angela Davis. A professora, filósofa e grande referência nos estudos e nas lutas do feminismo negro, nos convoca ao movimento. Para sermos antirracistas, precisamos suspender algumas de nossas certezas e reconhecer o racismo nosso de cada dia. Não existe possibilidade de nos movimentarmos em direção às práticas antirracistas se não formos capazes de perceber as violências “sutis” – para quem comenta, mas não para quem sente – que realizamos cotidianamente. É essencial aprendermos a nomear o racismo enquanto tal. Silenciar e não nomear o racismo não o fará desaparecer, apenas encobrirá sua desfaçatez.

Ultimamente, muitas escolas têm adotado práticas antirracistas, mas este ainda é um desafio para o nosso país, visto quão estruturante é o racismo em nossa sociedade. Bastam algumas perguntas para pensarmos sobre isso: quais são os lugares ocupados pelos corpos negros na escola? Onde estes corpos estão

quando pensamos nos murais, nos livros didáticos e paradidáticos, nos artistas referenciados, nas artes visuais e nas músicas tidas como boas e audíveis no espaço escolar, nas funções de poder e nas funções do terceiro setor? Quais são as figuras representadas com referências potentes e positivas para as crianças? Para além das visualidades, daquilo que é evidenciado de forma imediata a todos e todas, pensemos também nas relações, nas avaliações, nas participações e nos protagonismos das crianças em ações cotidianas. Qual é o perfil das crianças mais reprovadas ou que evadem as escolas? Quem são as crianças que recebem mais acolhimento, que são vistas como bonitas e merecedoras de carinho e aconchego? Quais são as condições estruturais das escolas direcionadas ao público negro e periférico em contrapartida das escolas que podem ser pagas por uma determinada parcela da sociedade brasileira?

Os espaços escolares estão abertos a todas as crianças do país e, como espaço integrado e integrante à sociedade, as escolas reproduzem e produzem o racismo, mas também produzem subversões, fugas e estratégias. Longe de salvar o mundo, a escola é um espaço para a cocriação de muitos mundos. Nosso intuito aqui é fornecer pistas para pensarmos de que maneiras podemos nos movimentar, seguindo o convite de Angela Davis, na direção de uma sociedade antirracista, ou pelo menos, de uma Educação antirracista. Compartilharemos a seguir conceitos importantes que compõem o racismo no Brasil e que precisam ser compreendidos e desmistificados, bem como termos e políticas que nos ajudem a mobilizar uma Educação antirracista.

QUEM É LORRAINE ANDRADE?

Lorraine Andrade Gonçalves é Professora do Setor de Educação Infantil do CAP-UFRJ. Pedagoga pela UNIRIO, Especialista em Docência na Educação Infantil, Mestre em Educação e Doutoranda em Educação pela UFRJ. Coordena o Projeto de Pesquisa e Extensão Currículo em Movimento na Educação Infantil CEI-MOV-UFRJ e integra o Bafo! Grupo de Pesquisa sobre Currículo, Ética e Diferença. É organizadora e autora do livro “Educação Infantil: promovendo encontros”. Realiza pesquisas sobre Currículo, Educação Infantil e Infância articulada à filosofia da diferença, aos estudos feministas e ao feminismo negro.



Créditos: Alan Pimenta

FIQUE POR DENTRO

AÇÕES AFIRMATIVAS

As ações afirmativas são políticas de reparação histórica que viabilizam condições básicas para que grupos minoritários tenham condições de participação e acesso a bens culturais, sociais, econômicos e políticos. Tais ações têm como função promover o fundamento constitucional da igualdade dos sujeitos brasileiros, a partir da correção de desigualdades e marginalizações produzidas historicamente, garantindo direitos negados aos grupos minoritários, aumentando suas participações em processos políticos e acesso à saúde e Educação e redes de proteção social. As ações afirmativas são direcionadas à reparação de discriminações de cunho étnico, racial, de gênero, de pessoa com deficiência, de classe e religioso e são fruto da luta destes grupos. Além disso, também são as ações afirmativas que muitas vezes viabilizam a produção da representatividade em muitos espaços.

RACISMO

Geralmente as pessoas associam o racismo à prática da injúria racial, que seria a verbalização de palavras ofensivas dirigidas às pessoas negras, como por exemplo, o caso do jogador de futebol Vini Júnior, vivido há pouco tempo na Espanha. No entanto, a reprodução do racismo acontece de diferentes modos, além da injúria racial. Podemos citar, por exemplo, o “racismo recreativo”, uma prática ainda muito comum no Brasil, onde a diferença entre as raças é abordada em tom humorístico, reproduzindo estereótipos, sujeições e produzindo constrangimentos. Também há o racismo velado que, apesar de muitas vezes não ser nomeado como tal, reproduz a ideia do exotismo ou mesmo o silenciamento e a exclusão do corpo racializado. O racismo como prática que organiza a sociedade tem como pretensão estabelecer uma hierarquia entre as pessoas tendo como justificativa a raça e ou etnia.

REPRESENTATIVIDADE

Visto que as diferenças de acesso a bens econômicos, culturais e sociais em nosso país são marcadas pela raça, é a partir da ocupação em diferentes lugares e posições sociais por corpos dos grupos minoritários que as pessoas negras têm a possibilidade de se ver ocupando espaços de prestígio social. A insubmissão surge como a possibilidade de perceber à sua volta outros caminhos possíveis, que não sejam apenas o da servidão e da subserviência, que constantemente são apresentados como o lugar de direito do corpo racializado. No entanto, é preciso estarmos atentos ao fato de que a presença de pessoas que integram grupos minoritários em determinadas posições sociais raramente terá a possibilidade de mudar a estrutura social, por ser, geralmente, uma representação de âmbito institucional ou local. Além disso, nem sempre as pessoas que ocupam tais posições tem poder decisório, ou mesmo optam por repercutir as reivindicações do grupo a que pertencem, seja por divergência ou mesmo por desidentificação. Ter representatividade não significa o fim do racismo, mas evidencia alguns resultados da luta antirracista.

RACISMO ESTRUTURAL

Silvio de Almeida, jurista e atual ministro dos Direitos Humanos em nosso país, propõe que o racismo é estrutural e como tal organiza a nossa sociedade estabelecendo hierarquias, ordens econômicas e sociais que ressoam em nossas práticas, ações e relações cotidianas. As diferenças de acesso a bens econômicos, culturais e sociais são marcadas pela raça, pela classe e pelo gênero, perpetuando o privilégio de determinados grupos sociais. Como processo histórico e político, o racismo pauta processo de discriminação sistemático que marca os corpos desde os lugares sociais que ocupam até a violência policial sofrida cotidianamente. Portanto, a raça marca o privilégio ou a desvantagem, a depender do grupo étnico ao qual pertencemos, definindo inclusive a possibilidade de vida e morte de determinados sujeitos, justo porque suas vidas são qualificadas de acordo com a cor da pele, o fenótipo corporal, a classe social, a sexualidade, o gênero e a raça. Entender que o racismo é estrutural implica perceber como a estrutura social produz a desigualdade racial.

MERITOCRACIA

Em decorrência do “mito da democracia racial”, a meritocracia julga que se todas as pessoas são iguais, bastando o esforço individual para que seja possível conquistar aquilo que se deseja. Essa cilada da meritocracia, que supõe que “todos conseguem, basta querer”, se articula à suposta igualdade racial antes mencionada. Esta proposição individualiza o mérito e a dedicação de cada sujeito, mas ignora que as diferenças de acesso a bens econômicos, culturais e sociais em nosso país, sejam marcadas pela racialização dos corpos. Visto o contexto neoliberal que vivemos, a desigualdade é justamente o que sustenta o funcionamento das relações, estabelecendo hierarquias e possibilidades de aquisição de bens, sejam eles financeiros ou intelectuais. Nesse sentido, os movimentos para uma Educação antirracista precisam caminhar na direção de modificar o sistema racista que estrutura e organiza a nossa sociedade, oferecendo às nossas crianças condições e possibilidades de criarem seus próprios caminhos, a partir da isonomia de condições de acesso e apropriação de bens culturais, sociais e econômicos.



MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

Este mito compõe um discurso amplamente difundido no Brasil ao final do século XIX e começo do século XX, influenciado pela comparação dos processos de escravização e pós escravização vividos em diferentes países. Nesta comparação, dizia-se que o Brasil conseguia estabelecer uma certa “harmonia” entre negros e brancos, diferentemente dos processos vivenciados pelos Estados Unidos com o Apartheid, por exemplo. Dessa forma, o mito da democracia racial consiste na afirmação de que somos todos iguais, de que no Brasil não existem diferenças entre negros e brancos e, portanto, não é possível a existência do racismo. Este mito vigora até os dias atuais e segue promovendo violências devastadoras para a população negra brasileira. Do negro de pele clara ao negro de pele retinta, o racismo à brasileira acontece nas mesmas gradações do tom da pele. A frase “Não devemos ter dia da consciência negra, mas dia da consciência humana”, geralmente difundida no mês de novembro, é o puro suco do racismo, fruto do “mito da democracia racial” que tenta apagar não só as diferenças como também os séculos de exclusão, violência e descaso com a população negra no Brasil.

LEGISLAÇÕES EDUCACIONAIS

No campo da Educação, algumas legislações são fundamentais para a garantia de uma Educação antirracista. Estes aparatos legais também foram conquistados através das lutas promovidas pelos movimentos sociais. A primeira delas é a Lei 10.639 de 2003 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, acrescentando ao currículo educacional brasileiro a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas. A Resolução nº1 de 17 de junho de 2004, que estabelece as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, é documento fundamental para o fortalecimento das identidades negras, relacionadas à afirmação de direitos, à promoção de conhecimentos sobre a diversidade histórica e política do nosso país, bem como a fundamentação para o combate a práticas racistas e discriminatórias no âmbito da educação. Além destes documentos, a Lei 11.645 de 2008 acrescenta a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Indígena à lei anteriormente mencionada.



Ilustração: Rynnard

ENTREVISTA

Nilma Lino Gomes é doutora em Antropologia Social pela USP, pós-doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra e em Educação pela UFSCAR. É professora titular da Faculdade de Educação da UFMG. Foi fundadora e coordenadora do Programa Ações Afirmativas na UFMG e atualmente integra a equipe de pesquisadores(as) desse programa. É coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Étnico-Raciais e Ações Afirmativas (NERA/CNPq). Foi reitora pro tempore da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Publicou vários livros sobre a questão racial, entre eles: *A mulher negra que vi de perto: o processo de construção da identidade racial de professoras negras* (Mazza Edições, 1995); *Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade* (Autêntica, 2004), em parceria com Aracy Alves Martins; *O negro no Brasil de hoje* (Global Editora, 2006), em parceria com Kabengele Munanga; e *O movimento negro educador* (Vozes, 2017).

Você foi fundadora do Grupo Interdisciplinar de Estudos Afro-brasileiros (GIEAB) e do grupo Educação e Diversidade Étnico-Cultural (EDEC), presidiu a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Como você vê atualmente os investimentos feitos em ciência pelas Universidades em relação à diversidade?

Em primeiro lugar, eu fui fundadora, presidenta, coordenadora desses grupos e das instituições que você falou, mas nunca sozinha. Eu acho que é sempre importante destacar, sempre trabalhei com coletivos. Então, em todos esses espaços pelos quais passei, tínhamos um pequeno grupo que coordenava, que liderava, que fundava. E eu acho que isso já é muito importante para pensar todo tipo de ciências que nós gostaríamos que o Brasil construísse. Uma ciência que destacasse menos as genialidades individuais e que pudesse destacar mais os trabalhos coletivos. Porque determinadas pessoas acabam se tornando as referências desses trabalhos, mas nenhum prêmio Nobel consegue chegar ao prêmio Nobel sozinho. Sempre tem um grupo de pessoas que respiraram, possibilitaram, trabalhavam junto com e que possibilitavam que algumas pessoas então se tornassem referências de áreas de temáticas, de discussões. Eu acho que esse é um primeiro ponto, sabe? Para gente pensar uma mudança no campo científico: que esse campo científico consiga falar muito mais sobre o que os coletivos sociais produzem, do que entrar numa linha muito meritocrática, que é a base da forma como a ciência é vista, não só no Brasil, mas no mundo - que destaca como se fosse uma pessoa a responsável pelas descobertas e pelas genialidades. Principalmente, pensando que ciência se realiza no contexto das relações de poder e aí nós vamos ter um destaque, como se a

VISTA



NILMA LINO GOMES

Créditos: Divulgação

essa genialidade que se torna referência científica em áreas - que muitas vezes é individual ou que é vista de forma individual - exclui determinados sujeitos e pensamentos, e aí, nesse caso, nós podemos pensar na população negra e nas mulheres negras, e nesse caso nós podemos pensar, nas mulheres de um modo geral na população indígena, que dificilmente aparece como produtora de conhecimento e sabemos o tanto que a ciência bebeu na fonte, e bebe na fonte de conhecimentos dos povos e comunidades indígenas do nosso país. E as pessoas com deficiência que também não

aparecem no campo da ciência como os cientistas, como pesquisadoras, como pessoas que produzem também conhecimento. Então eu acho que esse é o primeiro ponto a destacar.

O segundo ponto é sobre o investimento na ciência e em relação à diversidade. Eu acho que esse investimento vem crescendo. Nos últimos anos, e mais precisamente, no século 21. E ele vem crescendo num movimento que não é interno à ciência. É um movimento externo à ciência. Externo ao campo da produção do conhecimento. Esse paulatino reconhecimento da importância da diversidade no campo científico e de iniciativas que vão se abrindo para que essa diversidade ela apareça também como é passível de ser produtora de conhecimento, vem das lutas sociais. Vem dos movimentos sociais, têm desses movimentos que primeiro denunciam essa ideia

de uma única ciência universal para todos e todas. Esses movimentos que denunciam a ausência de sujeitos diversos no campo do conhecimento científico. E que denunciam também esse lugar de objeto da ciência, que os sujeitos diversos, mulheres, negros, indígenas, pessoas com deficiência sempre foram vistos e colocados nesse campo científico.

Mas você pode falar que dentro da ciência também nós temos pesquisadores, pesquisadoras que denunciam esse status de coisa... sim, nós temos, mas se você for olhar a trajetória desses pesquisadores e pesquisadoras, geralmente são pessoas que vêm ou se inspiram nas lutas sociais em prol de maiores direitos e de reconhecimento de direitos.

Então eu diria para você que a paulatina mudança que nós temos visto no campo científico em relação à diversidade é um fruto de uma pressão histórica e que no século 21 essa pressão ela foi maior por uma série de fatores, até mesmo pelo histórico de organização das lutas sociais e dos grupos sociais, quando também reconhecem que esse espaço da ciência tem que ser um espaço também da diversidade. E que se nós pensamos que temos que conquistar espaços e lugares para os sujeitos diferentes que nas relações de poder são tratados como inferiores e desiguais, o espaço da ciência também, ele passa a ser cada vez mais visto como importante para mudanças na sociedade, para transformações na sociedade, para ter um compromisso com a transformação social desmontando uma ideia de que os conhecimentos científicos e a produção científica são desinteressados com a transformação. Não tem como: tem que ser interessado com a transformação do mundo, principalmente em sociedades muito desiguais, como é o caso da sociedade brasileira.

Podemos ter uma ciência decolonial?

Olha, eu confesso para você que eu nunca parei para pensar muito numa ciência decolo-

nal. Eu fiquei até pensando assim: será que essa é a melhor maneira de nomear esses movimentos que nós temos construído cada vez mais indagar a ciência moderna e a sua primazia como única forma de conhecer, como única forma de produzir conhecimento? E tenho me indagado.

Eu, particularmente, não uso muito a expressão ciência decolonial. Não quero me contrapor a ideia que está por trás de pensar numa ciência decolonial, no sentido da descolonização da ciência... E eu também penso nessa hipótese... eu conversava numa conferência que eu fiz recentemente que é inspirada nas diretrizes curriculares para a Educação das relações étnico raciais e para o ensino de história, e tem uma outra expressão lá que eu achei muito interessante que é desalienar o conhecimento. E eu falava isso: que nós precisamos de descolonizar o conhecimento e desalienar esse conhecimento, porque as pessoas ficam basicamente alienadas em relação à possibilidade de outras formas de conhecer, produzidas por outros grupos sociais, culturais, éticos e raciais... e que são formas de produção do conhecimento milenares, não são de agora, seculares. Porque muitas vezes fica parecendo que é uma questão que surgiu agora, que é da nossa vida contemporânea, mas não. O que está acontecendo é que eu acho que nesse momento, que nós chamamos de nossa atualidade, está havendo um maior reconhecimento e uma maior busca pelo reconhecimento dessas outras formas de conhecer porque nós temos também mais desses sujeitos e sujeitas excluídas - não só da ciência, mas também de um conjunto de outros setores da sociedade - agora mais presentes em lugares de direito. E por isso é importante a democracia... quanto mais você democratiza uma sociedade, mais democratiza todas as áreas, e a nossa luta é por todas as áreas e a ciência entrou muito forte agora como um dos locos que nós queremos democratizar também.

E democratizar pela presença das sujeitas e dos sujeitos diversos dentro do próprio campo científico. E isso tem muito a ver, na minha perspectiva, com o momento de um crescimento das políticas de ações afirmativas no nosso país. Eu vejo que é o momento da nossa discussão e indagação em torno dessa ciência moderna, e a sua primazia histórica está muito relacionada com a presença desses sujeitos excluídos do contexto, das relações de poder, num lugar que é um lugar de poder, que é o espaço da universidade. Como esse espaço de produção científica na graduação, por exemplo. E aí vem a política de cotas na graduação e na pós-graduação e, principalmente, na pós-graduação, como nesse trânsito dos doutorandos. E indo um passo além, com professoras e professores das instituições de Ensino Superior, em especial as públicas.

Então, a presença desses sujeitos, que é aquilo que eu falava, que vem de uma luta de fora para dentro do campo da ciência - essa

presença tem se reforçado e agora esse debate ele se amplia, pois ele vinha acontecendo de forma muito incipiente e hoje eu acho que é um debate mais ampliado. Por que que eu estou falando isso? Para chegar na ideia da ciência decolonial. Então eu prefiro pensar numa, como é que eu vou é chamar? Eu prefiro pensar numa pluralidade, numa diversidade emancipatória do conhecimento. Eu prefiro trazer a palavra emancipatória, sabe? Porque é reconhecer uma pluralidade de formas de produzir conhecimento, uma diversidade de sujeitos e sujeitas que produzem esse conhecimento de forma emancipatória. O que eu chamo de 'emancipatória': para mim tem a ver com o reconhecimento de que é importante o campo científico- e quando eu estou falando no campo científico, estou pensando nas ciências de modo geral - se comprometerem com essa transformação da sociedade e uma transformação da sociedade, inspirada nos avanços que as lutas sociais trouxeram para essa sociedade. Isso que é o 'emancipató-

“ Não tem como: tem que ser interessado com a transformação do mundo, principalmente em sociedades muito desiguais, como é o caso da sociedade brasileira.”

rio'. Então acho que nós estamos caminhando para este tipo de leitura, interpretação e ação no campo das ciências e isso tem acontecido muito em função da presença desses sujeitos, dessas sujeitas - mesmo no caso da população negra, que é o meu caso - mesmo que nós não estejamos ainda no contexto dos cargos de representatividade. E no campo da ciência, mesmo nas relações de poder, nós enfrentamos as disputas de maneira muito desigual. Mas só o fato de nós estarmos presentes, os nossos corpos, os nossos pensamentos, a nos-

sa visão de mundo e disputando - porque é uma disputa desse espaço - para que ele se democratize mais, se diversifique mais. Então eu acho que nós estamos caminhando nesta produção. Temos hoje pessoas que começam a se tornar referência nessas produções. E quando nós vamos olhar um pouco a biografia dessas pessoas e o resultado dos seus focos de pesquisa, sempre nós vamos encontrar ou a presença dos movimentos sociais - e no caso de pessoas negras, a presença do movimento negro - ou nós vamos encontrar uma inspiração, mesmo que as pessoas não tenham sido orgânicas desses movimentos ou não sejam orgânicas, nós vamos encontrar uma inspiração. E é aquilo que eu sempre tenho repetido nos últimos anos e que colocam no meu livro "O movimento negro educador", uma reeducação dessas pessoas, para esse aprendizado de lutas, de conhecimentos, de formas de ser, que esse movimento negro expande para a sociedade brasileira. E expande por que? Ele expande porque ele consegue - aquilo que eu chamo a atenção no meu livro - ser um organizador desses saberes, conhecimentos que a população negra produz ao longo da sua presença no Brasil, da nossa história aqui, nesse país. Ser um organizador e um sistematizador disso. Então por que que eu chamo a atenção com esse detalhe? Porque não é para pensar que é só o movimento negro que produz saberes, conhecimentos e tal - ele produz também, ele é um produtor, mas antes de ser um produtor, ele tem essa capacidade de ser um articulador, um sistematizador, um divulgador, e expande esses conhecimentos para além do seu próprio foco específico, dos sujeitos específicos da sua luta. Então eu vou percebendo que no campo das relações raciais, no campo de uma produção de epistemologias negras, como costumamos dizer, essa dimensão da luta social produzida por esse movimento, organizada por esse movimento, ela é muito forte e tem sido muito forte para orientar os olhares, orientar as indagações de pesquisa e chegar a novas metodologias de pesquisa, porque é isso que a gente precisa.

Quando nós falamos, quer seja de uma ciência decolonial, quer seja dessa ideia de pluralidade, diversidade emancipatória de conhecimentos, como estou falando aqui, eu acho que não tem como nós não compreendermos que a mudança em curso é uma mudança para a sociedade. Não é uma mudança só para segmentos específicos. E a gente já tem uma série de discussões que vão chamar a atenção para o quanto que a diversidade é salutar para o conhecimento científico, do quanto que a presença da diversidade traz indagações, dimensões instigantes, metodologias, interpretações, referências teóricas outras, para a própria ciência se emancipar. E na hora que essa ciência se emancipa, ela ajuda na emancipação da sociedade também. Então é isso, quando eu penso seja nesta perspectiva decolonial ou nesta perspectiva que eu trago, eu sempre gosto de enfati-

zar, que a gente está num campo muito denso hoje de uma disputa de formas de conceber a ciência. E é uma disputa também de formas de produzir conhecimento, de formas de produzir ciência. Porque nas áreas humanas e sociais ela encontra mais esse espaço para ser feita – tem resistências, tem, mas ela encontra mais espaço – mas nós ainda temos muita dificuldade de que essa outra concepção de ciência também esteja presente nas áreas de exatas, nas áreas tecnológicas e alguns setores das áreas médicas, da saúde. Então é uma disputa sim, porque nós estamos falando de relações de poder.

Então é uma disputa sim, porque nós estamos falando de relações de poder. Quando nós falamos da ciência no Brasil, no mundo, nós estamos falando de relações de poder e relações de poder tem a capacidade de interferir nas vidas das pessoas, de interferir em decisões governamentais, de interferir em políticas. Por isso esse campo da ciência é importante para quem luta por uma democracia, para quem luta por uma sociedade melhor.

Só o fato de nós estarmos presentes, os nossos corpos, os nossos pensamentos, a nossa visão de mundo e disputando – porque é uma disputa desse espaço – para que ele se democratize mais, se diversifique mais.”

A próxima pergunta seria “como a ancestralidade e os saberes populares podem se relacionar com a ciência?”, mas acho que já foi respondido: a relação direta seria esta, desses sujeitos com diferentes histórias, diferentes conhecimentos, tencionarem essa produção do conhecimento, essa ciência, e produzirem novos conhecimentos, novas epistemologias, com vistas a uma transformação social, seria isso?

Seria, seria sim. Com vistas a esta transformação social, e esta ‘transformação social’ – o que ela significa? Ela significa a construção de um mundo melhor para todas as pessoas viverem. Acho que muitas vezes nós não explicamos o que entendemos por uma transformação social. Essa transformação social é a luta pela consolidação de uma vida digna para as pessoas. Sabe... uma vida sem racismo, uma vida sem capacitismo, sem LGBTQIAP+fobia, uma vida sem machismo, sem sexismo, uma vida na qual as desigualdades econômicas possam ser superadas. Ou seja, uma vida com mais justiça, justiça social e uma vida com justiça cognitiva. Em que os diferentes conhecimentos sejam considerados enquanto tais. E junto com esse reconhecimento dos conhecimentos outros, os outros grupos, as outras epistemologias, serem reconhecidas enquanto tais, isso significa o reconhecimento dos sujeitos e das sujeitas que os produzem como sujeitos de conhecimento.

Nós estamos falando disso. Porque se ainda há uma separação como se esses conhecimentos ancestrais, por exemplo, não têm espaços dentro do que a gente pensa no campo científico, há uma rejeição aos sujeitos e sujeitas que os produzem e a toda uma ancestralidade, toda uma tradição, os valores, a cosmovisão desses sujeitos e dessas sujeitas. E isso significa pensar como que ao longo da história, essa visão, que é uma visão elitista de ciência, tem feito mal para a própria sociedade brasileira. E não ajuda a essa sociedade a se democratizar mais por dentro. E é muito importante.

Vamos pensar na Escola Básica? É muito importante que as professoras e os professores, que chegam, principalmente, nas escolas periféricas e que têm na sua frente crianças, em sua maioria, negras, todas as crianças pobres. Crianças pobres que vêm de níveis diferenciados de pobreza, não é isso? A pobreza todo é tudo igual, tem níveis diferenciados, inclusive na violência de viver essa pobreza. E essas professoras e esses professores olhem para esses estudantes e essas estudantes e os vejam como produtores de conhecimento. Já os estimule desde daí - as suas descobertas, as suas intuições, a forma como a própria vida que levam - e mesmo sendo uma vida de opressão produz, como Paulo Freire nos chamou atenção, pedagogia. Mesmo na história de opressão, e isso é, digamos assim, o que é fascinante, no humano, nessa capacidade humana de mesmas situações mais adversas de vida, você conseguir pensar sobre essa vida, desafiar a própria vida, desafiar os limites, tentar superar os limites, construir, produzir. Isso que eu acho que é o que é fascinante nessa nossa humanidade, digamos assim, e que a Educação por excelência tem que compreender e o estímulo, olhar para esses sujeitos que estão na Educação Básica, tem que ser esse olhar que desperte essa potência que existe nas pessoas, nas estudantes, nos estudantes.

E quando eu penso no Ensino Superior, principalmente após a implementação das ações afirmativas por meio das cotas - que nas ins-

tituições federais são para a escola pública, por renda, pela questão racial, para indígenas, para pessoas com deficiência - esse mesmo tipo de postura pedagógica, postura profissional... é urgente que também as professoras, os professores do Ensino Superior as adote. Veja bem, não deveria ser um lugar com mais dificuldade de implementar essa postura, porque é um lugar que está mais próximo deste campo científico da pesquisa, da produção, da socialização e divulgação do conhecimento, está muito mais próximo e é o espaço onde as profissionais e os profissionais que atuam no Ensino Superior e há mais condições de circular mais nesse campo do que professores e professoras da Educação Básica. E nós encontramos muitas vezes dificuldade igual ou maior até no Ensino Superior, para que esse tipo de ação e de postura que eu estou chamando atenção aqui seja implementada. Então a gente tem um viés meritocrático, que funciona como se essa dimensão do mérito fosse algo que ou é inato, que nasce com o sujeito, ou que é alguma coisa abstrata. E que não considera que as pessoas todas têm o mérito, no sentido de uma capacidade, de potencial de produzir, mas que nós temos condições muito indignas e desiguais para que as pessoas possam deixar fluir suas próprias capacidades. Então eu costumo dizer que maior mérito tem a instituição ou os profissionais, pesquisadores e pesquisadoras docentes das instituições que reconhecem isso, e constroem os caminhos e as condições para que esse potencial ele se expanda. E isso sim, aí eu vou falar assim: essa instituição para mim tem um mérito, mérito de fazer um trabalho como esse, que reconheça a humanidade, a capacidade de produzir conhecimento, o pensamento, a riqueza de pensamento de sujeitos que antes não estavam e agora chegam por direito nesses espaços e que mesmo vindo situações muito adversas, conseguem também contribuir para uma transformação no campo da ciência.

Mas para isso, você tem que conseguir criar as condições para isso, e não só pensan-



Créditos: Divulgação

do nas condições de permanência, se estou falando de instituições de Ensino Superior, mas principalmente, nós temos que construir as políticas públicas para que as instituições tenham essas condições. Porque muitas vezes o que nós vamos ouvir, de gestores e gestoras, é que faltam as condições adequadas e eu concordo que muitas vezes internamente, ainda mais nesses últimos anos no Brasil, de ataques às Ciências, de um negativismo tremendo, com a falta de investimento público e cortes orçamentários que nós tivemos para as instituições federais. As instituições estaduais de Ensino Superior sempre lidaram com muitas dificuldades, porque é de outra ordem pensar a questão do ensino superior nos estados, com as universidades estaduais. Então essas condições não têm sido as melhores condições.

Então as políticas públicas, elas são importantes, principalmente no sentido do orçamento. Mas isso não pode ser uma desculpa para não se fazer, porque mesmo diante de toda precariedade, as ações continuaram fluindo dentro das universidades. Então eu acho que agora é um outro momento para pensarmos a ciência e essa mudança e, principalmente, um investimento nos estudantes e nas estudantes da graduação também. O estímulo para que, já na graduação, a gente também crie as oportunidades para que estudantes negros, indígenas, de escola pública, com deficiência, possam também ter uma iniciação científica adequada. Isso diz respeito às bolsas. Isso diz a condição de internacionalização. Isso diz respeito às possibilidades do aprendizado de outras línguas. Então eu falo que não é só a assistência estudantil, no sentido econômico, mas precisa ser também de uma permanência emancipatória para, digamos assim, que seja possível criar uma conexão entre a luta pela ocupação de novos espaços dentro desses lugares que antes eram reservados para determinados grupos econômicos e raciais. E que a permanência signifique que essa luta, tenha com uma chegada, uma acolhida digna. E acho que nós ainda estamos caminhando com muitos empecilhos nesses desse tipo de ação.

Como começou sua trajetória na divulgação científica?

Bom, tem tanto tempo isso! Bem, o meu encontro com este campo da ciência e depois passar a ser uma divulgadora dessa ciência tem a ver com a minha passagem na graduação em primeiro lugar, quando na década de 80 nós quase não tínhamos bolsa de iniciação científica. Naquela época, nós, as alunas, e eu venho da pedagogia que é um curso popular com muitos estudantes pobres, negros, e que vai formar para uma área que é a Educação, uma área por excelência extremamente importante, ao mesmo tempo muito desvalori-

zada. Eu lembro que tinha uma aluna que era bolsista de iniciação científica que era uma aluna de classe média alta, branca etc. E a gente, nós, mulheres, éramos meninas muito novas naquela época da graduação, e tínhamos a ideia de que esse tipo de bolsa era só para estudantes muito privilegiados e privilegiadas, essa era nossa ideia. Nunca imaginávamos que aquilo pudesse chegar até nós. E na faculdade onde eu estudava, na faculdade de educação da UFMG, uma das diretoras, a diretora e doutora Glaura Vasques de Miranda, conversou conosco e, junto com a reitoria, instituiu um programa muito diferenciado, que foi o sistema de bolsas de estudos em tempo integral.

Esse sistema de bolsa de estudos de tempo integral era voltado principalmente para alunas trabalhadoras que queriam produzir pesquisa, queriam realizar a monografia. Porque na nossa graduação não se fazia isso para se formar. E você tinha que se dedicar mesmo nos turnos manhã/tarde ou tarde/noite, dependendo do turno que você estudava. E ela abriu essa seleção e eu me candidatei. Porque eu sempre fui uma pessoa que gostava muito de estudar, de ler e tal, e eu me candidatei na época. Eu já era professora da Educação Básica dos anos iniciais e fiz uma negociação familiar, porque a bolsa que nós ganhávamos era muito reduzida e muito menor do que o salário que eu ganhava. Então eu me lembro que negociei com a minha mãe: eu ia continuar dando a quantia que nós sempre dávamos para ajudar, que todos os filhos davam... eu continuaria, então ficaria com menos para mim. Eu viveria com esse valor a menos. E foi assim. Então eu pedi licença sem vencimento, então eu concorri, passei e fui atuar.

Então como bolsista, o mundo do que era a universidade se abriu para mim, o campo de produção de conhecimento etc. se deu nesse momento, porque aí eu podia ficar integralmente na universidade, e além disso participava das atividades de pesquisa, metodologia, palestras, que este lugar de bolsista dava e nós vivíamos a Universidade Federal de Minas Gerais, o teatro, o cinema. Ouvíamos as defesas de teses, íamos para a pós-graduação. Conhecíamos outros professores e professoras que naquela época davam aula só na pós-graduação e não na graduação. Vivíamos os eventos culturais que têm nas universidades e tudo que tem até hoje. Hoje tem muito mais. Mas como que uma estudante trabalhadora vivenciaria essas questões todas, principalmente quem estuda no noturno? Não era o meu caso porque eu estudava no diurno porque eu trabalhava à tarde. Mas eu saía e ia dar aula numa escola bem periférica e não voltava mais para a universidade, né. Então viver esse espaço é um direito, né? Deveria ser um direito para todas as estudantes, os estudantes e ainda não é. Nós sabemos que avançamos, mas ainda não é para todos e para todas. Então acho que ali eu tive contato com o mundo da ciência. Essa produção de conhecimento científico que vai além das aulas

da graduação. E vai além de uma formação profissional *stricto sensu*, para atuar na escola com a orientadora, supervisora etc., que era a minha formação, era pedagogia.

“Eu acho que agora é um outro momento para pensarmos a ciência e essa mudança e, principalmente, um investimento nos estudantes e nas estudantes da graduação também.”

E aí nós tivemos que desenvolver uma monografia – o que era raro naquela época, no nosso curso – orientada por uma professora, Maria Antonieta Bianchi. E aí eu entrei no campo da metodologia da pesquisa. Eu já era instigada por perguntas que eu fazia e não tinha resposta. E eu tinha naquela época a pergunta de por que que a supervisão era tão desvalorizada no campo da prática educacional, vista como alguém que fiscalizava, gerente, sendo que a nossa formação toda era para uma coordenação pedagógica, para trabalhar junto com a docente e o docente, para pensar, junto com a gestão da escola, a melhor forma da escola receber as estudantes, os estudantes... Mas quando nós chegávamos nos estágios, e até mesmo dentro das escolas que a gente via, principalmente quando nós estávamos pensando e atuando no ensino médio, havia uma grande rivalidade entre os docentes e essa profissional. Então isso me instigava e eu fui estudar um pouco dessa trajetória da construção da supervisão escolar em Minas Gerais. E só depois que eu terminei o trabalho que eu descobri que ele era inédito, que ninguém tinha feito esse trabalho. Aí, então, essa monografia até hoje é lida por pessoas de outros lugares e tudo mais. Para mim aquele foi um marco. Um marco de como entender o que é esse campo de produção do conhecimento era mais do que eu imaginava ser.

E isso se deu conjuntamente com a minha prática. Quando eu me formei como pedagoga e fui atuar em escola pública e escola privada ao mesmo tempo, eu voltei para a prefeitura, e comecei a ter os meus primeiros contatos com o racismo no interior da sala de aula.

Em relação a mim mesma e em relação à forma como eu via minhas crianças – a gente tem mania de falar assim dos estudantes pobres e negros da Educação Infantil, onde eu estava atuando na escola pública e os estudantes e as estudantes da Educação Infantil na escola privada, onde eu atuava. Eu me vi no meio dessa tensão, eu me vi no meio de contradição de olhares e de práticas minhas em relação a essas crianças. Isso me chocou muito e foi daí que me surgiu também o diálogo com colegas, com professores e tal, a ideia de ir para o Mestrado em Educação e levar para lá também uma pergunta que eu me fazia e que eu não tinha resposta, que era: como é que era essa trajetória de mulheres negras, professoras da Educação Básica diante de situações, por exemplo, de discriminação racial entre os próprios estudantes, diante do debate sobre a questão racial que eu não via acontecer e claro, aí via também a minha, que me influencia até hoje.

Foi um momento em que eu entrei em contato com outras estudantes negras na graduação – poucas que existiam à época – e nós tínhamos todas as perguntas parecidas em relação às suas áreas e mais ainda, a gente não encontrava professores e professoras para dialogarem conosco sobre isso. Professores negros e negros, então menos ainda, eram pouquíssimos. A gente contava uma aqui, outro ali, que queriam também fazer esse debate da dimensão racial. E aí nós fundamos o grupo interdisciplinar de estudos afro-brasileiros, que vocês citaram, e nesse grupo nós passamos a fazer pesquisas por nós mesmas. Nós criamos algumas condições de pesquisa para nós mesmas, buscávamos dentro da Universidade Federal o suporte para o grupo existir. Então nós conseguimos uma sala com o diretor da faculdade de Letras, na época, uma sala com alguma estrutura para a gente ficar. Era um diretor, Jacyntho Lins, ele sempre estimulou muito a movimentação estudantil e outras iniciativas estudantis, e ele achou a nossa iniciativa muito legal. Nós então apresentamos um projeto para a Fundação Mendes Pimentel, que à época era aquela que distribuía a bolsas socioeconômicas para os estudantes para trabalhar na biblioteca, para trabalhar na reitoria e serviços burocráticos. Nós fizemos um projeto porque queríamos 2 bolsas para o nosso grupo. Porque, como éramos todas pobres, nós queríamos possibilitar um revezamento para quem poderia ficar na sala, receber estudantes e o nosso foco era entender mais a questão racial nas áreas das Humanidades e foi uma surpresa muito grande para a fundação receber de um grupo de estudantes negras um projeto muito bem-acabado. E nós conseguimos as 2 bolsas. Fomos o único grupo

na universidade naquele momento que tinha bolsas da fundação da universidade, para que nós mesmos nos autogeríssemos. E produzimos muita coisa, nós fizemos seminários, debates, trouxemos pessoas, conseguimos recursos e isso foi também me fazendo entrar cada vez mais nesse campo da pesquisa, da ciência, da produção, do conhecimento.

Nós criamos algumas condições de pesquisa para nós mesmas, buscávamos dentro das Universidade Federal o suporte para o grupo existir.”

Juntamente com o encontro com o movimento negro porque quando o grupo surge, nós surgimos na cidade de Belo Horizonte com um grupo de acadêmicas, de estudantes acadêmicas muito diferentes dos grupos de movimento negro da cidade, que eram de uma exceção política, mas menos acadêmica. E a gente sabe que errou, havia rivalidades, inclusive, dessa ideia das pessoas negras na época que entravam para a universidade, havia uma tensão nesse campo da produção de conhecimento muito utilitária, que era feita em relação aos nossos temas e o tempo inteiro naquela época, o movimento acusava a universidade de produzir conhecimento com o olhar sobre as pessoas negras como objeto de produção, objeto de pesquisa e não como sujeitos de pesquisa. Essa é uma discussão muito forte na década de 80. Então quando nós surgimos, perguntavam: mas quem são essas mulheres? Quem são essas mulheres negras? Que não estão aqui nessa militância política do movimento negro, mas estão construindo uma militância acadêmica?

Então para gente criar aproximações, o que que nós fizemos? Começamos a fazer debates públicos, seminários, levando os pesquisado-

res no sentido de aproximar o movimento negro e pessoas interessadas dessa produção da universidade e estimulando que nós também negros e negras, pudéssemos pleitear o espaço da universidade ao entrar e também produzir conhecimento sobre a temática racial.

Então aí começa um pouco o meu papel de divulgadora. Porque aí, num primeiro momento, era de formação como pesquisadora. E depois, com a relação com o movimento negro, a gente começa a falar: olha, esse conhecimento que nós estamos produzindo aqui tem que ser socializado, divulgado para a sociedade e para o movimento negro. Aí a gente abre esse espaço dos debates, do seminário. Nós começamos a participar de debates e seminários com o movimento negro e participamos do primeiro seminário nacional de universitários negros e negras (SENUN), na Bahia.

E é muito interessante que naquela época nós já pleiteávamos ações afirmativas. Já falávamos das cotas. Era anos 90, nós já tínhamos a marcha Zumbi dos Palmares...Era 1995 caminhando dos anos 2000. Toda essa mudança foi acontecendo e quando eu terminei o Mestrado e fiz o concurso para faculdade de Educação da UFMG, eu já entrei com essa concepção e essa postura. Eu já entrei como uma pesquisadora negra que estava na universidade, já fazia mil links. E reconhecia esse lugar do movimento negro e transitava nesse lugar do movimento negro. Eu e minhas colegas de grupo, fomos referências, inspiração para muitos outros colegas que tinham resistência à universidade, para tentarem o vestibular, tentarem o Mestrado e começarem, em Belo Horizonte, a buscar esse espaço de direito.

E quando eu cheguei na faculdade de Educação alguns anos depois, quando começavam os debates sobre as ações afirmativas, as cotas e tal, nós construímos um projeto chamado ações afirmativas na UFMG e concorremos ao primeiro edital de ações afirmativas que teve em nível nacional com recursos da Fundação Ford, do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, programa políticas da cor, e um grupo de colegas, junto comigo, nós conseguimos ser aprovados neste edital e com esse recurso, eu comecei assim a minha trajetória de formar jovens negros e negras, como pesquisadores e pesquisadoras na universidade.

Nós então selecionávamos os jovens negros e negras e ofertávamos cursos, leitura e produção de texto, informática - porque naquela época pouquíssimas pessoas tinham computador e acesso a ele, principalmente as negras e as pobres - E metodologia de pesquisa, cursos sobre a temática racial, sobre as teorias raciais, sobre pensadores negros e negras. Nós fizemos os primeiros debates sobre ações afirmativas na UFMG, nós tínhamos outros projetos, produzíamos filmes, vídeos que a gente divulgava gratuitamente, realizávamos pesquisas de iniciação científica e nós concorriamos a todos os editais. Fizemos projetos de extensão com professoras da Edu-

cação Básica também trabalhando na questão racial. Olha, nós fizemos muita coisa nesse programa Ações Afirmativas, e a ideia era formar quadros intelectuais, políticos, artísticos... sabe? Que pudessem ter uma graduação, de acolhimento... e de investimento nesse potencial acadêmico. Naquela época, a gente ainda nem falava em cotas. Depois, quando o debate das cotas começou, com as ações afirmativas, entrou em cheio esse debate dentro da UFMG. E levando demandas para a reitoria, participando de todo esses movimentos em nível nacional, e a gente construiu uma rede. Nós somos hoje uma rede de pesquisadoras e pesquisadores negros que estamos dentro da associação brasileira de pesquisadores. Esses atores negros, que fizemos o seminário nacional de universitários negros e negras (SENUN), a gente tem uma rede de amizade e de militância acadêmica e de intervenção na produção do conhecimento. Então tudo aquilo que eu fiz e faço de produção do conhecimento, eu tenho um dos objetivos, socializar e divulgar esse conhecimento.

Essa divulgação científica, ela se dá, (e eu acho que esse é o diferencial, esse é o diferencial nosso de intelectuais negros e negras) porque ela se dá não somente naquilo que eu volto à minha fala inicial, numa referência a uma generalidade individual, sabe? A nossa ideia de divulgação do conhecimento tem a ver com a criação de espaços de direito para os sujeitos e sujeitas de conhecimento negros e negras para que, ao formarmos novos pesquisadores e pesquisadoras negras, esses e essas possam ser a nossa forma de divulgação científica. Que para onde essas pessoas vão atuar e trabalhar, elas ali também fazem com que se circule mais esse conhecimento produzido pelas pessoas negras, que pode ser com foco na questão racial, pode ser com foco em outras questões, mas que são corpos negros mostrando que os nossos corpos pensam, que os nossos corpos agem, que os nossos corpos produzem conhecimento, que os nossos cor-

pos trazem novidades. Que os nossos corpos impactam a ciência, que fazem com que a ciência se emancipe. Então eu acho que essa é a nossa ideia de divulgação científica. Não é uma divulgação para os pares somente. Ela é uma divulgação para a sociedade. E eu acho que isso deveria ser o papel de uma boa divulgação científica, você ter o espaço que os pares têm. Esses espaços nós estamos... da produtividade científica do CNPq...eu estou lá, outros colegas mais estão etc., os congressos etc., mas eu acho que o nosso ganho maior nessa divulgação científica é quando nós conseguimos que sujeitas e sujeitos negros e negras sejam também reconhecidos como sujeitos de conhecimento e produzam novos conhecimentos e divulguem esses novos conhecimentos para a sociedade e interferiram numa luta antirracista. Uma luta antirracista dentro da própria produção do conhecimento, que diz respeito não somente a superar equívocos que a própria ciência construiu sobre nós e a nossa ancestralidade negra, então somos nós que estamos superando esses equívocos, e que hoje alguns deles vão ser reconhecidos por grandes pesquisadores e pesquisadoras brancas, mas nós instigamos, né. E mais ainda, além disso, mostrar que esse conhecimento ele é coletivo, que essa produção é coletiva e que quanto mais coletiva, mais impacto ela tem na transformação emancipatória da sociedade, mais justiça cognitiva a gente consegue fazer. E eu acho que esse é um caminho que negros e negras já estão trilhando há mais tempo, mas eu vejo a população indígena também trilhando esse caminho hoje de maneira muito diferenciada, inclusive pela questão histórica das desigualdades, que incide sobre a população indígena, inclusive, por causa da forma de pensar, pela cosmovisão indígena em relação ao conhecimento e que nós aprendemos muito com eles e elas. Nós aprendemos muito com esses conhecimentos ancestrais dos povos originários. Mas agora também nessa luta por uma ação afirmativa, uma presença afirmativa também os conhecimentos indígenas, eles começam a circular e fazer parte desse campo da ciência também.

E por isso, finalizando esta parte, há muitas tensões na nossa sociedade, porque isso mexe com o status quo. Isso diz respeito a mexer nas relações de poder, de dizer que nós temos que democratizar mais esse poder. E o poder enquanto forma de relação dentro de uma sociedade desigual, de liderança, de busca por lideranças econômicas, intelectuais, dentro de uma sociedade desigual, ele não é pensado como algo que possa ser distribuído, democratizado. E nós estamos impactando exatamente isso. Nós não podemos mais fomentar e naturalizar as desigualdades raciais e de gênero no campo da ciência, no campo da produção do conhecimento, a ciência tem um compromisso com a superação das desigualdades. E é isso que nós estamos tencionando na ciência hoje, porque os grupos hegemônicos do campo científico no Brasil ainda são grupos que pensam uma ciência neutra. Infelizmente.

Você foi vencedora do Prêmio Carolina Bori Ciência & Mulher de 2022 por sua trajetória reconhecida. Como você vê atualmente a relação das meninas e mulheres negras com a ciência e as políticas de incentivo?

Eu fiquei muito feliz de ter sido agraciada com o prêmio Carolina Bori. Eu acho que a minha presença, de ter sido a primeira mulher negra agraciada com esse prêmio, já é fruto dessa trajetória que eu falei para vocês. E a primeira coisa que eu falei no meu discurso quando ganhei o prêmio, é exatamente que eu não chegava ali sozinha. Porque nós não chegamos sozinhos em lugar nenhum, mas isso para a tradição afro diaspórica é muito forte, é muito forte quando a gente chega, muitas vezes as pessoas falam: mas por que ficar pedindo benção aos ancestrais? A gente pede benção aos ancestrais em um reconhecimento de que na hora que a Nilma fala, fala uma ancestralidade comigo, fala tanta gente que não pôde falar, tanta gente que foi silenciada, violentada. Os meus ancestrais, as minhas ancestrais. Então, quando eu chego nesses lugares, nesses espaços, tem uma energia que também chega junto comigo, é um reconhecimento da minha parte de que eu não caminhei sozinha. Então isso, desde as presenças materializadas de colegas, estudantes, militantes que me possibilitaram estar ali, até essa outra dimensão mítica. Da ancestralidade ali comigo.

[...] Mostrar que esse conhecimento ele é coletivo, que essa produção é coletiva e que quanto mais coletiva, mais impacto ela tem na transformação emancipatória da sociedade [...].”

Então, para mim, isso é um grande reconhecimento, para nossa causa do povo negro,

pelos mulheres negras. E os lugares tão desiguais que nós enfrentamos na sociedade e no campo da produção do conhecimento, da produção da ciência. Então, primeira coisa, eu acho que é isso. Essa felicidade do reconhecimento, e o reconhecimento como uma trajetória coletiva. A outra questão é que eu acho que isso trouxe também uma discussão maior sobre a pouca presença das mulheres negras nesse campo. E especificamente, eu trouxe até uma estatística do IBGE desse último mês de março, de que nós, mulheres negras, somos 28% da população Brasileira e só 10% de nós temos o curso Superior e só 7% de nós somos pesquisadoras. E desse grupo aí, se nós pensarmos nas bolsistas de iniciação científica, eu não tenho esse dado agora, mas há tempos nós éramos zero vírgula qualquer coisa.

Então isso diz respeito a um espaço que mostra uma desigualdade tremenda e que exige ações. Ações do Ministério de Ciência e Tecnologia, ações do Ministério da Educação, das agências de fomento e ações também das universidades do campo, da produção do conhecimento de modo geral. Eu também peguei uma outra estatística mostrando que das mulheres cientistas que estão na Academia Brasileira de Ciências, 14% são mulheres e a pergunta é, onde estão as mulheres negras? Essa é a pergunta. E tem a ver também com uma outra questão... que também fui atrás de uma outra estatística que, em 120 anos, mais de 900 pessoas ganharam o Prêmio Nobel e só 22 mulheres cientistas ganharam o Nobel, e nenhuma mulher negra. Também é do Fórum Econômico Mundial, que vai mostrar que a desigualdade de gênero no Brasil aumentou nesses últimos 2 anos. Então, para esses dados alarmantes que nós mostramos aqui, imagina que se a desigualdade entre as mulheres ela aumentou nesses últimos 2 anos, o que significamos nós, mulheres negras, nesse contexto de desigualdade? A ponto de nós termos mais mulheres negras recebendo o prêmio Carolina Bori?

E isso significa também pensar nas iniciativas. Por exemplo, que o CNPq tem desenvolvido - e ele tem desenvolvido várias iniciativas desse reconhecimento da desigualdade de gênero e para uma maior igualdade entre as mulheres... eu destaquei o programa Mulher & Ciência, que é desde 2005, que faz chamadas públicas para estimular os estudos sobre a questão de gênero, e agora em 2003 lançou uma série Ciência Plural, no dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher... abordando as pesquisadoras mulheres. E aí, você vai vendo uma diminuição, uma quase não presença de mulheres negras e a própria ministra Luciana Santos, ela falou publicamente que ela agora, na gestão dela, sendo a primeira mulher, ministra ciência e tecnologia do nosso país - isso já diz muita coisa - e ela é uma mulher negra, ela se vê quanto uma mulher negra - ela falou que na agenda dela, ela construiu uma agenda que é “Pesquise como uma mulher” e daí uma série de iniciativas surgirão. E na fala

que ela fez na abertura da “Ciência Plural”, falou desse olhar sobre a questão de gênero e raça que virá então nessa nova agenda que o CNPq está construindo. Então o que eu penso desse lugar, do que significou receber esse prêmio. Receber esse prêmio significa trazer luz para todos esses dados. E trazer luz para esses dados e indagações de que, afinal, nós já sabemos, mas e agora, o que vamos fazer? O que o país, o que as políticas públicas farão? O que as políticas de pesquisa, de investimento, de fomento à pesquisa farão, dada essa constatação, que, para além da desigualdade de gênero, nós também temos uma desigualdade racial? E assim... eu sou uma das pessoas que tem uma expectativa de que algo surgirá em termos de iniciativa da agência de fomento em relação à desigualdade de raça e gênero na ciência. E eu chamava atenção de que iniciativas existem para mulheres negras. Eu citei 2 que eu conheço, deve ter mais.

Eu gosto sempre de citar o “Investiga Menina”, que é um programa da federal de Goiás, que é conduzido pela Anna Maria Canavarro, que foi presidenta da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros também, que é esse investimento nas meninas do Ensino Médio, nas meninas da educação básica e, principalmente, meninas negras, com temática racial, com a discussão da ciência. Então eu acho que para que a gente tenha mais mulheres negras nesses espaços da ciência, precisa-se de um investimento na educação básica. Para fomentar desde lá, não só meninas negras na ciência, e esse é um trabalho também que o CNPQ vem fazendo, mas também estimular não só meninas na ciência, mas meninas negras na ciência e meninas negras nas áreas nas exatas. Meninas negras nas áreas tecnológicas. Tem também um trabalho do Acre que é da Rede Mulher Ações que é um trabalho muito interessante, que é feito com mulheres indígenas e mulheres negras com vistas de entrada na pós-graduação na Federal do Acre e hoje elas vão criar um trabalho com mulheres em situação prisional também.

Então, são iniciativas que vêm das lutas sociais, dos movimentos sociais, de mulheres negras que também estão no campo da ciência, sejam como doutorandas, professoras, mestrandas etc., mas que não são do poder público. Então eu acho que é isso. O prêmio Carolina Bori para mim serviu como uma grande reflexão também em relação a essas desigualdades e o quanto a gente precisa de ações afirmativas no campo da produção, de conhecimento científico.

Ações afirmativas para mulheres negras no campo da produção, do conhecimento científico, sempre ações interessadas e não somente esse reconhecimento e falar das estatísticas, ok... nós já sabemos...mas agora vamos partir para uma ação efetiva e essa ação efetiva tem que se pensar qual a melhor forma de ação afirmativa, além de editais, né, que sejam editais específicos para estimular a produção de conhecimentos sobre relações étnico, raciais e sobre a questão da África, as questões africanas, que é a forma de fazer o link com alteração da LDB pela lei 10.639 de 2003, a resolução, a diretriz que decorre dessa legislação e que faz também essa orientação para o Ensino Superior.

Nós já tivemos editais nas agências de fomento, muito poucos focando ‘África’ em específico e isso tudo acabou. Mas agora eu acho que a gente precisa de uma retomada e mais ampla. Além de termos pesquisadores e pesquisadoras negras nos conselhos, nas agências de fomento, que faz a seleção dos projetos também, isso tem que ser feito de ação afirmativa, não dá só para falar, “olhar a indicação que as agências de pesquisa fazem, indica os nomes, os nomes mais indicados são aqueles que vão para esses lugares...” Não, você tem que ter ação afirmativa aqui dentro. E estimular, que dentre os nomes indicados tenha nomes de pesquisadores e pesquisadoras negras também com os critérios que científicos que são estabelecidos. Nós temos pessoas com esses critérios dentro desses critérios, mas nem sempre esses nomes são os nomes mais indicados e quando são indicados, não são também aqueles que recebem o maior número de indicações, né... quando indicados por pequenos grupos, melhor dizendo.

Você publicou os infantis: “Betina” (2009), “O menino coração de tambor” (2013). Publicou também “Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra” (2006), que foi fruto da sua tese. Como é o seu processo de escrita?

Eu recebi um convite da Editora Mazza, que é de uma querida amiga, Maria Mazarello Rodrigues, e que é a primeira editora no Brasil que focou a produção de livros de literatura de pessoas negras. A Mazza tem um histórico no Brasil que é maravilhoso. E ela é uma amiga querida, uma pessoa que eu respeito muito. Ela propôs que eu escrevesse livros de literatura infantil. O primeiro deles é a Betina,

que existe. Em todos os dois livros os personagens centrais existem. A Betina é uma cabeleleira negra, de Belo Horizonte, que fez escola neste campo da estética negra em BH. Ela foi uma das pessoas que eu entrevistei para minha tese de doutorado e ela tem uma trajetória, como todas as outras, muito forte, muito marcante. E a Mazza conhece muito a Betina e queria muito fazer uma homenagem a Betina e me instigou a escrever um livro de literatura infantil inspirado na Betina. Não foi uma tarefa fácil, nunca tinha me pensado escrever um livro para crianças, embora eu goste muito de literatura infanto-juvenil. E eu fui e pensei o seguinte - eu não tenho filhos, não tenho filha - mas pensei o que eu gostaria que minha filha tivesse na escola... foi assim que eu pensei a história do livro e pensei também em escrever algo que seja afirmativo - eu sempre tenho insistido nessa tecla...algo que fale dessa nossa potência, da nossa beleza, da nossa sabedoria, que não seja algo que é que seja só no campo da denúncia, embora o campo da denúncia sempre vá ser importante para nós, mas eu queria também trazer algo que fosse afirmativo para essas meninas, pensando em mim quando menina negra também, e pensei muito na minha mãe, na minha família, nessa dimensão da ancestralidade...a Betina falava muito da avó dela na entrevista dela e foi assim que eu construí a narrativa do livro, as personagens...

E o “Menino Coração de Tambor” também foi outro desafio que a Mazza me fez, de uma homenagem a Evandro Passos, que é um músico bailarino, ativista em Belo Horizonte, de repercussão internacional, que faz trabalhos com crianças deficientes, crianças em situação de risco. Ele faz trabalhos com a dança afro, com muitas pessoas...o Evandro tem um trabalho libertador, emancipatório com a dança afro... ele não é só um bailarino no sentido da beleza que significa competência artística, ele é ator e tudo mais. E então eu também me inspirei pensando em como eu vejo a percussão na nossa vida, na vida das pessoas negras e como eu vejo e ligo sempre a imagem do Evandro a uma percussão muito pungente, né, o atabaque e som do coração... E como que o atabaque inclusive esse som do coração ele pode ser trabalhado de forma a acalmar a gente... dependendo do toque, do som, assim como fazer com que a gente fique mais ritmado também...dependendo do toque, do som. Então eu construo o “Menino Coração de Tambor”, porque eu olho para o Evandro Passos e vejo que ele é alguém que traz no seu coração esse encantamento, sabe? Pela arte negra, pela cultura negra, e assim eu construo um pouco na história dele de Diamantina, do pai, que também lidava com a música e eu vou construindo a narrativa e as personagens...

E foi assim que esses livros surgiram. E eu sempre penso que eu gostaria que as crianças negras lessem na escola e mais, que elas conhecessem pessoas negras que estão aqui entre nós. E que possam ter contatos com a Betina, com Evandro. E aí vem a parte de uma divulgação também do livro... os dois livros circularam pelas Escolas Básicas, com o teatro, a Betina já foi falar em um dos lugares, o Evandro também, fora do Brasil... então acho que isso é, eu acho que é o nosso papel, o meu papel... e essa dimensão de que essa ancestralidade está em nós. E que o conhecimento que nós produzimos hoje no presente ele vai ser sempre uma releitura do conhecimento ancestral, da sabedoria ancestral, ele é uma releitura, nas condições que nós temos, na dinâmica do tempo que nós vivemos, mas a ideia dele vai ser sempre de fazer com que as pessoas se emancipem e fazer com que as pessoas acreditem no seu potencial para mudar.

[...] Eu não chegava ali sozinha. Porque nós não chegamos sozinhos em lugar nenhum. [...] Por que ficar pedindo benção aos ancestrais? A gente pede benção aos ancestrais em um reconhecimento de que, na hora que a Nilma fala, [...] fala tanta gente que não pôde falar, tanta gente que foi silenciada, violentada.”

NILMALINOGOMES
NILMALINOGOMES
NILMALINOGOMES

SEM PERDER A RAIZ - CORPO E CABELO COMO SÍMBOLOS DA IDENTIDADE NEGRA

O cabelo é analisado na obra de Nilma Lino Gomes não apenas como parte integrante do corpo individual e biológico, mas, sobretudo, como corpo social e linguagem, como veículo de expressão e símbolo de resistência cultural. É nessa direção que a autora interpreta as ações e atividades desenvolvidas nos salões étnicos de Belo Horizonte a partir da manipulação do cabelo crespo, baseando-se nos penteados de origem étnica africana, recriados e reinterpretados, como formas de expressão estética e identitária negra. A conscientização sobre as possibilidades positivas do próprio cabelo oferece uma notável contribuição no processo de reabilitação do corpo negro e na reversão das representações pejorativas presentes no imaginário herdado de uma cultura racista. (Kabengele Munanga, professor titular do Departamento de Antropologia da USP)

EDUCAÇÃO E RAÇA - PERSPECTIVAS POLÍTICAS, PEDAGÓGICAS E ESTÉTICAS

Anete Abramowicz, Nilma Lino Gomes (Organização)

Integrante da Coleção Cultura Negra e Identidades, este livro mapeia um dos temas educacionais mais importantes da atualidade: as relações étnico-raciais na educação. Os autores refletem sobre a diversidade étnico-racial dentro da sociedade, da universidade e da educação básica, por meio de opiniões, interpretações e relatos de pesquisas sobre o tema. Como conciliar raça, educação e nação? Quem é o “Outro” na educação? Como se constitui o “Outro” no processo de produção das identidades? O que significa a experiência racial? Quais as possibilidades teóricas e práticas de pensar a realidade social a partir da ideia de raça? Como estabelecer a relação entre escola, currículo e relações étnico-raciais? Essas são algumas das questões analisadas nesta obra fundamental para aqueles que pretendem enfrentar o complexo debate sobre a diferença, as desigualdades e as redes sociais sob a perspectiva racial.

LITERATURAS AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Iris Maria da Costa Amâncio, Miriam Lúcia dos Santos Jorge, Nilma Lino Gomes

Integrante da Coleção Cultura Negra e Identidades, este livro propõe ao docente uma postura pedagógica mais responsável, que privilegie o diálogo intercultural e supere preconceitos e estereótipos. Para isso, as autoras mostram ao professor e à professora as contribuições das Literaturas africanas e afro-brasileira na prática pedagógica. O universo literário africano como ferramenta para a efetivação da Lei nº 10.639/03 é o cerne deste livro que parte da necessidade de uma educação da diferença para apresentar aos leitores quais são as pesquisas que caminham nesse sentido no campo educacional e chamar a atenção para a importância de investir na educação como direito social. Até quando os cursos de Pedagogia e de licenciatura continuarão negando ou omitindo a inclusão do conteúdo da Lei nº 10.639/03 nos seus currículos? O que fazer diante das lacunas que comprometem a implantação dessa Lei? Essas são algumas das questões tratadas neste livro que busca analisar como têm sido os cursos de formação inicial de professores quando o assunto é a discussão sobre África e questão afro-brasileira.

EXPERIÊNCIAS ÉTNICO-CULTURAIS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Nilma Lino Gomes, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (Organização.)

Pesquisadores nacionais e estrangeiros projetam suas interpretações sobre uma questão que está no centro das atenções de grupos de militância, estudiosos e políticos: a diversidade étnico-cultural. Dirigido de maneira especial aos professores e à sua formação, este livro é indispensável para o debate sobre a educação e os processos de busca de identidade, nos quais estarão sempre presentes as tensões, os conflitos e as negociações entre os semelhantes e os diferentes.

AFIRMANDO DIREITOS - ACESSO E PERMANÊNCIA DE JOVENS NEGROS NA UNIVERSIDADE

Aracy Alves Martins, Nilma Lino Gomes (Organização)

As políticas de Ações Afirmativas, dentro das quais se insere o Programa Ações Afirmativas na UFMG, apresentado e discutido neste livro, exigem uma mudança de postura do Estado, da universidade e da sociedade de um modo geral em relação à situação de desigualdade social e racial vivida historicamente pelo segmento negro da população brasileira. A concretização da igualdade racial e da justiça social precisa deixar de fazer parte somente do discurso da nossa sociedade e se transformar, de fato, em iniciativas reais e concretas, aqui e agora.

bioETC

VIEMOS DE MACACOS ANCESTRAIS.

Mas por que ainda há polêmica em torno desta afirmação?

A confirmação vem do conceito de ancestrais comuns. Um conceito que explica a forma e a organização da biodiversidade, que é fundamental para a biologia evolutiva e para fazer da biologia uma ciência. A polêmica se dá, provavelmente, porque há muitos conceitos sobre biologia evolutiva que ainda parecem confusos para públicos em geral, conceitos divulgados de forma incompleta, sem contextos históricos, ou até mesmo, divulgados de forma tendenciosa para um ou outro fim.

Estamos hoje cercados de polêmicas em torno da ciência e inseridos num emaranhado de outros conhecimentos e cenários sociais e culturais. Mais do que nunca, experimentamos polarizações de todo tipo: inteligências humanas e artificiais, ligeiras e descomedidas, misturam opiniões com ciência, política com religião. Estamos imersos em temas diversos, debates que envolvem os conceitos de verdade, realidade, liberdade de expressão, complexidade, tamanho de população, igualdade, passado histórico (apenas um?), ecologia, ancestralidade, futuro...

São muitas informações acessíveis e sem filtro, que servem a muitos e diferentes propósitos. E que frequentemente nos deixam inquietos e nos perguntando se estamos sendo influenciados e conduzidos por caminhos que mal sabemos para onde vão.

Neste sentido, a ciência, definitivamente, pode ser um caminho confiável para nos entendermos melhor como humanos. Mas para que possamos ampliar nossos horizontes, ela precisa estar dentro de contextos.

VOLTEMOS ENTÃO A AFIRMAÇÃO:

VIEMOS DE MACACOS ANCESTRAIS!

A explicação é simples: Viemos, nós e os macacos atuais, de um ancestral comum. O ancestral de todos os macacos, que era arborícola, deu origem a todos os macacos atuais e aos humanos. A confusão se instala porque chamamos o ancestral comum e os macacos atuais, nossos parentes, todos de macacos, e nós, de humanos. Mas isso é apenas porque somos nós que escolhemos os nomes de todos! Imagine se os chimpanzés estivessem contando essa história: eles iriam chamar também os ancestrais de humanos e só eles teriam um nome diferente.



A confusão piora porque a imagem mais conhecida sobre evolução humana é também uma das mais mal interpretadas de todos os tempos:

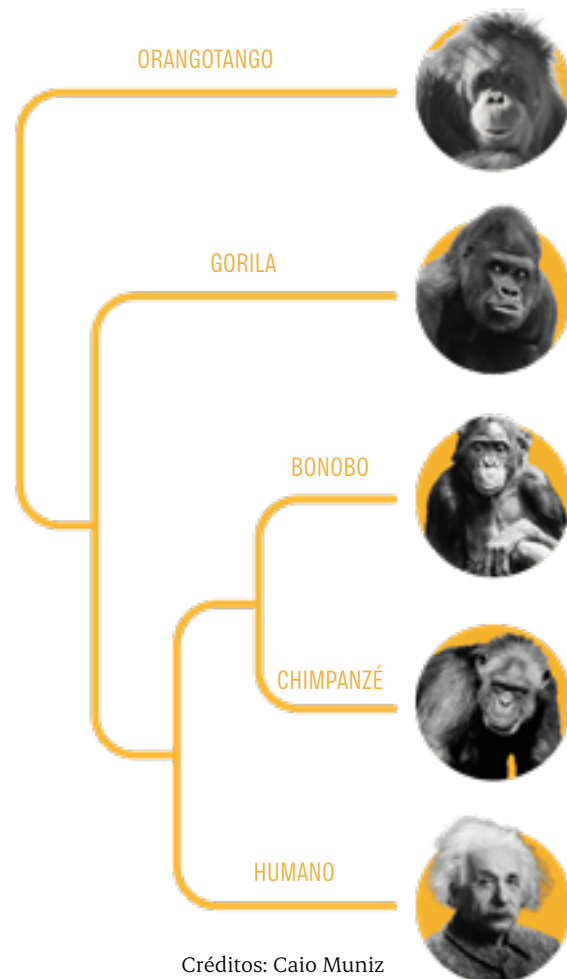
Nesta figura, parece que os chimpanzés atuais deram origem aos humanos. Isso não é verdade. Na realidade, os primatas ancestrais deram origem tanto aos chimpanzés como aos humanos. O ancestral não é nenhuma espécie viva, nem chimpanzés, nem humanos, seria

uma outra espécie que já foi extinta. Essa espécie ancestral, por conta de um distúrbio ambiental, foi separada em duas partes que pararam de se cruzar. Uma parte evoluiu se tornando humanos atuais enquanto a outra evoluiu e se tornou chimpanzés atuais.

Essa divisão de uma espécie em duas espécies é denominada de especiação e marca o ponto fundamental de evolução: A evolução não é uma linha, como mostrada na figura acima, ela é uma árvore como mostrada abaixo. Análises de DNA de primatas mostram uma hierarquia de similaridade, nas quais as sequências de chimpanzés são mais semelhantes com as sequências de humanos, do que com as de gorila, por exemplo. Isso porque chimpanzés e humanos tem um ancestral comum mais recente do que qualquer um deles com gorila.

O tempo no qual viveu o último ancestral comum explica a hierarquia na similaridade entre genomas, morfologia e fisiologia das espécies atuais. Assim, duas espécies atuais com um ancestral mais recente, como humanos e chimpanzés, vão se assemelhar mais pois elas eram a mesma espécie há pouco tempo. Por outro lado, duas espécies atuais com um ancestral comum mais antigo, como humanos e galinhas, vão se assemelhar menos, pois elas já deixaram de ser a mesma espécie há muito tempo.

A credibilidade da ciência implica em entender que ela se distingue das outras formas de conhecimento humano, pois o método científico inclui aspectos obrigatórios para que explicações, resultados, observações, e conclusões sejam consideradas científicas. Por exemplo, o método científico inclui testes estatísticos, usos de controle, validações em duplo cego e outros aspectos que vão aprimorando o próprio método de fazer ciência.



Créditos: Caio Muniz

É um processo autocorretivo que renova explicações sobreviventes e substitui as que falharam nos testes, aumentando nosso conhecimento preditivo sobre o nosso planeta e sobre nós mesmos.

Esta credibilidade não se traduz em acreditar em inflexibilidades e verdades absolutas, mas, ao contrário, em entender que este é um fazer que acompanha novas interpretações e avança tecnologicamente, para que se incluam as novidades.

É ainda importante perceber que o conhecimento não se limita a nenhuma área, pelo contrário, as ciências biológicas, físicas, matemáticas, juntas as humanas e sociais com todas as suas divisões - a teologia, as artes, a psicologia, e ainda somadas a conhecimentos e saberes não científicos, são janelas para ver o mundo que se sobrepõem e se complementam. É com estas lentes que podemos ver um panorama muito mais ampliado e divertido do mundo e das possibilidades de passado e de futuro.

ARTE: A AULA ANTIRRACISMO DOS ADULTOS

Mesmo os mais resistentes às mudanças não conseguem mais escapar da revolução na cultura para a equidade racial brasileira.

GABI ALBUQUERQUE

“ Bertoleza é que continuava na cepa torta, sempre a mesma crioula suja, sempre atrapalhada de serviço, sem domingo nem dia santo (...)”

O CORTIÇO (1890)

A literatura, o audiovisual e as redes sociais se tornaram ferramentas valiosas para a divulgação de informações e para a construção de uma cultura antirracista em meio as pessoas brancas. “A gente está num momento bom para quem faz parte dos grupos e quem está afim de aprender. A internet possibilitou o acesso às

oportunidades que a gente não tinha até pouco tempo atrás. Aí as pessoas começam a se *letrar*.”, observa a professora, escritora e doutoranda Maria Carolina Casati, criadora do perfil @encruzilinhas, no Instagram, onde partilha leituras e debate textos sobre negritude, gênero, feminismos e militância.

Uma sala de aula organizada com cadeiras voltadas para uma pessoa apontando para slides, com mil frases complexas sobre uma teoria é uma cena que já causa certa rejeição só de imaginar. Se o assunto for espinhoso e provocar algumas culpas, é certa uma evasão numerosa ou uma presença distraída dos alunos.

Por isso, não é de se estranhar que a aprendizagem dos adultos, especialmente em assuntos culturais e comportamentais, se desenvolve melhor sem a formalidade dos diplomas escolares. E é justamente nesta brecha que a arte tem encontrado caminhos para ser mais do que prazer e diversão, mas uma forma de educar sobre diversidade.

REPORTAGE



Documentário Racionais MCs: “Das ruas de São Paulo pro Mundo” (Foto: Divulgação)

QUEM É GABI ALBUQUERQUE?

Gabi Albuquerque é jornalista há mais de 10 anos, especialista em bem estar pela PUC-RS, escritora e criadora da newsletter “Tempo para você”.

GABI ALBUQUERQUE
GABI ALBUQUERQUE
GABI ALBUQUERQUE

EM REPORTE



Maria Carolina Casati, criadora do perfil @encruzilinhas. Créditos: Juê Olivia.

Neste sentido, os espaços de discussão sobre artes visuais e literárias na internet têm sido ferramentas de fortalecimento de uma cultura antirracista. Um exemplo é o próprio @encruzilinhas, que surgiu durante a pandemia, em 2020, para que Maria Carol compartilhasse seus conhecimentos respeitando o distanciamento social enquanto seu doutorado estava em pausa. O projeto fez tanto sucesso que permanece vivíssimo e, hoje, também amplia o debate em eventos presenciais.

Os próprios artistas também têm utilizado as brechas das redes sociais e dos *streamings* para instruir o público sobre pautas diversas. No documentário *Racionais: das ruas de São Paulo para o mundo* (2022, dir. Juliana Vicente), por exemplo, o rapper Mano Brown abre sua visão sobre o Brasil ao dizer coisas como “O tipo de racismo que se vive no Brasil é um racismo que esvaziou o preto. Ele não deixou nem o ódio.”. Brown, que também está à frente do podcast entrevistas *Mano a Mano*, informa sobre antirracismo através da humanização da dor que só a arte consegue fazer de forma arrebatadora.

O documentário foi utilizado como ferramenta educativa no debate virtual dos assinantes da newsletter “Tempo para você”. “Eu pausei o filme e ia desistir porque estava mui-

to difícil e doloroso. Continuei porque minha filha, mais informada, disse que era importante saber o que as pessoas tinham sofrido”, comentou a participante Cassia Becker, mulher branca e professora recém-aposentada.

Outra tarefa do clube era ler o livro *O cortiço* (1890), do maranhense Aluísio de Azevedo. A raiva das descrições e do desenrolar da narrativa na leitura e o abalo com o documentário eram unânimes entre brancas e pretas. Esse tipo de conquista é possível quando se reflete sobre a fala de Mano Brown e ao perceber o fato desses sentimentos serem necessários para que as mudanças sejam efetivas.

REPRESENTATIVIDADE DAS EXISTÊNCIAS

É também através do movimento artístico que os povos marginalizados conseguem ocupar espaços profissionais e dar nome aos seus sentimentos e suas existências. Juliana Castro, mulher negra e gerente de relacionamento no mercado da música, conta que iniciou o processo de tomar para si sua própria voz e história através da literatura: “Li *Um defeito de cor* (2006), da Ana Maria Gonçalves, ano passado, e trazia tanta informação importante que decidi ficar um ano lendo o máximo de autoras negras brasileiras que posso. Me levam a entender quem sou eu no Brasil. No fim do dia, a gente só quer saber em quem pode se espelhar. O romance ajuda a chegar nisso.”, relata.

Entender a si mesmo na história do Brasil é fundamental para pessoas pretas verbalizarem suas dores e cobrarem seus direitos. Mas, no século XXI, não há como escapar das aulas que a arte vem dando e quem precisa gabaritar este boletim é a branquitude. E é preciso correr, pois a matéria já está acumulada.

FIQUE POR DENTRO

SUGESTÕES PARA APRENDIZADOS:



LEITURAS:

Água de barrela (2016), Eliane Alves Cruz.

Torto Arado (2019), Itamar Vieira Jr.

O avesso da pele (2020), Jeferson Tenório.

Ponciá Vicêncio (2003), Conceição Evaristo.

Um defeito de cor (2006), Ana Maria Gonçalves.

AUDIOVISUAL:

Emicida: AmarElo - É Tudo para Ontem (2020).

Medida Provisória (2022).

Racionais: Das Ruas de São Paulo para o Mundo (2022).

PERFIS NAS REDES SOCIAIS:

@encruzilinhas

@gabidepretas

@professor.sidnei (Sidnei Barreto Nogueira)

REPORTAGEM

umD01S

Deslocando para Aprender:

O PAPEL DO TURISMO NA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

THAÍS ROSA PINHEIRO

“Quando era criança, sentia que algo estava errado na cidade do Rio de Janeiro, não sabia dizer o que, mas ser a única criança negra em todos os ambientes que frequentava soava estranho.”

A história brasileira contada nos livros “foi escrita pela mão do colonizador”, já dizia Beatriz Nascimento. Aprender na escola que meus antepassados foram escravos e que tudo relacionado à cor da minha pele não tinha valor me dava uma sensação ruim. Sentia que a história brasileira estava tão incompleta quanto a minha história familiar. Não tinha imagem, não sabia o nome dos meus antepassados e muito menos informação de qual lugar da África eles poderiam ter vindo, de onde eu descendia também.

Os estereótipos relacionados à cultura negra e às desigualdades raciais eram alarmantes. Durante o Fórum Social Mundial em

2003 em Porto Alegre, conheci um líder quilombola da Comunidade Kalunga, que fica em Goiás. Para mim, foi um espanto saber que ainda existiam comunidades quilombolas no Brasil, pois tudo o que tinha aprendido sobre comunidades quilombolas estava no imaginário de “lugares isolados de negros fugidos”. Nesse mesmo ano conheci a comunidade do Quilombo São José, localizado em Valença, Rio de Janeiro. Nada do que estava vendo e vivendo na comunidade tinha aprendido na escola como a Festa dos Pretos Velhos e o Jongô. Conheci sobre a cultura Jongueira do Sudeste e diversas comunidades que estavam presentes lá. Esse encontro foi um divisor de águas na minha vida, pois a partir daí entendi o quanto a história do Brasil excluía a maioria da população.

Durante o Mestrado em Memória Social, pesquisando o Turismo Étnico na comunidade do Quilombo do Campinho da Independência em Paraty, fui chamada para dar aula no Senac no curso de guia de turismo e tínhamos que simular uma viagem completa em Paraty. No currículo do curso, o roteiro turístico constava a visita ao centro histórico de Paraty, abordando a história colonial da cidade e as visitas aos alambiques. Sugerir que visitássemos a comunidade do quilombo do Campinho da Independência e ouvíssemos a história contada pela própria comunidade local, já que essa história não estava contada nos livros. Foi uma grande surpresa para os alunos que não esperavam esse tipo de vivência e de como essa visita impactou não só alunos pretos, mas a todos.



Há dez anos atrás, surgiu a Conectando Territórios, uma agência de turismo com o propósito de aproximar pessoas da história brasileira não contada nos livros, mas sim pela voz das comunidades locais, de diversos territórios, como comunidades quilombolas e urbanas no Rio de Janeiro. Oferecemos aulas fora de sala de aula em lugares de memória como a Pequena África, e a história encoberta da escravidão por mais de um século, onde se encontra o Cais do Valongo. Essa região traz uma importância histórica muito grande para nossa cidade, e estamos falando somente da história de dor e sim de toda potência, toda a luta, tecnologia e valorização de africanos e seus descendentes na história do Rio de Janeiro. Recebemos turistas e universidades estrangeiras, escolas e, desde 2020 em diante, mais turistas nacionais e cariocas que estão se interessando em conhecer mais sobre a história.

O direito à memória e à história afrobrasileira é uma conquista de décadas do movimento negro no país, desde a Constituição de 1988 e com a Lei 10639/2003, que torna o ensino obrigatório nas escolas da história da África a história afro-brasileira. Existem diversos desafios para a implementação da lei, mas muitos avanços já foram feitos como a imple-

mentação de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

E qual o papel do Turismo nisso tudo? O Turismo é uma grande ferramenta que possibilita aprendermos in loco, ou seja, conhecer a história no próprio local. A história oral representa a memória viva da localidade e das pessoas que nela habitam. Além de contribuir para a geração de renda de comunidades locais, contribui para quebra de barreiras e estereótipos em relação a pessoas e territórios.

A Conectando Territórios desenvolve eventos de diálogos com a Afrodiáspora desde 2017, com a seguinte questão inicial: o que significa ser negro nesse lugar? Por isso, abre discussões para questões raciais, mas também culturais em cidades como Miami e São Francisco, as últimas edições do evento. Além disso, também trabalhamos com Web Séries, em nosso canal do You Tube, trazendo outras narrativas para o turismo e para a cultura afro-brasileira. A primeira Web Série, “Nzinga Mulheres Viajantes”, traz histórias de mulheres negras que levam seus sonhos e projetos para outros países no mundo e a Web Série “Afrocarioca” traz a cultura afrobrasileira em diferentes bairros do Rio de Janeiro, onde entrevistamos pessoas importantes para a manutenção da cultura viva.

Por fim, depois do assassinato de George Floyd nos Estados Unidos em 2020, surge no Brasil o Afroturismo, um movimento que empreendedores negros do turismo trazem para dentro do turismo a história negra presente em diversas cidades do Brasil. Esse movimento favorece para a luta antirracista e de aproximação da história negra que não está nos livros escolares. Conhecer a história brasileira é conhecer a história afro-brasileira.

QUEM É THAÍS ROSA PINHEIRO?

Thaís Rosa Pinheiro é Mestra em Memória Social, pesquisadora em Cultura Afrodiaspórica, guia de turismo e CEO da Conectando Territórios.

QUEM É MELINA DE LIMA?

Diretora de Cultura e Educação do Instituto Memorial Lélia Gonzalez. É historiadora, cofundadora do Projeto Lélia Gonzalez Vive e Diretora de Cultura e Educação do Instituto Memorial Lélia Gonzalez. Atualmente, também faz parte do Ministério da Igualdade Racial.

umD01S

EDUCAÇÃO URGENTE

MELINA DE LIMA

Falar sobre Educação no Brasil é sempre urgente - sobre Educação antirracista, especificamente, mais urgente ainda.

Mesmo trilhando caminho para luta antirracista, a Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade da Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo escolar do Ensino Médio e Fundamental na rede pública e particular, carece de capacitação dos docentes. Sabemos que essa falta de capacitação é resultado de uma falta de investimento, de uma falta de prioridade.

Precisamos, de fato, priorizar a luta antirracista, enxergando a Educação como um dos mais importantes e potentes eixos dessa luta. Mesmo tendo conseguido sair do discurso, ainda falta ação para a fiscalização dessas leis. O que temos, no momento, são pessoas organizadas, preocupadas e cientes da urgência dessa mudança, se esforçando para evidenciar o protagonismo dos negros na formação da sociedade brasileira e mostrar a história da África pré-colonial, uma história rica, de muita ciência, organização e luta para reparar os danos provocados por concepções pedagógicas que reforçam a invisibilização da contribuição dos africanos, afrodescendentes e dos povos originários na história e formação do Brasil e do mundo, que reforçam a reprodução de estereótipos sobre os mesmos. Os da-

dos estão aí, evidenciando uma Educação com desigualdade racial: segundo a Pnad/IBGE de 2019, 71,7% dos jovens fora da escola são negros, e apenas 27,3% destes são brancos.

Os movimentos negros brasileiros batem nessa tecla da importância da Educação antirracista (que faz parte das Ações Afirmativas) há tempos. A grande intelectual brasileira Lélia Gonzalez, nos anos 80, já apontava para a urgência de um ensino decolonial para solucionar esse fenômeno da gigante disparidade racial na evasão e no baixo rendimento escolar. A autoria lia os dados da época justamente com esse pensamento, reforçando sempre a necessidade de sairmos dessa “caixinha” de ter o ensino formal sob uma ótica colonizadora, eurocêntrica, machista e racista. Ela enxergava que nossas crianças mereciam o conhecimento da verdade, propositalmente ocultada.

Porque, veja bem, se você só é ensinado que foi escravizado, que é inferior, que na África só existe miséria, você certamente estará desmotivado para continuar frequentando o ambiente onde você não se reconhece pertencente a nenhum momento de protagonismo positivo.

Parece bastante óbvia a urgência de uma real mudança, mas a nossa luta não se garante só conosco. Essa lógica nos leva então para onde? Para a necessidade da fiscalização da lei da Educação antirracista, para que não se perpetue a ideia de que somente nós, negros e indígenas, precisamos aprender sobre o nosso protagonismo na formação nacional por exemplo, mas sim que todos precisamos ser ensinados com a verdade, para superarmos juntos esse grande mal.

A Educação é a chave para uma luta nossa, e felizmente estamos num momento de luz. Temos agora, pela primeira vez com força total, um Ministério da Igualdade Racial, pela primeira vez um Ministério dos Povos Indígenas. Voltamos a enxergar e a fazer políticas de promoção da igualdade étnico-racial e seguiremos pela urgente e real mudança.

PESQUISADORES AO REDOR DO MUNDO

O fascínio pela descoberta.

A diferença entre a invenção e a descoberta é sutil. Na invenção, se cria uma nova tecnologia ou se aperfeiçoa, como busca de solução para um problema. Já na descoberta, há a aquisição de um conhecimento novo, até mesmo ao acaso. Porém estas podem se misturar, como, por exemplo, quando se descobre que um artefato funcionava de uma forma que ninguém sabia.

A roda é talvez uma das principais invenções na trajetória da tecnologia humana. Com ela, os povos aumentaram a eficiência do transporte e transformaram as primeiras aglomerações humanas em cidades maiores. Isso foi há quase seis milênios de história, na Mesopotâmia, onde foi encontrada a primeira representação de uma carroça com rodas de madeira maciça.

Muito antes disso, entre 1,8 milhões e 300 mil anos atrás, o Homo Erectus, descobriu que se fizesse fricção entre duas pedras, esfregando uma na outra, conseguiria produzir uma faísca, que se colocada em algum lugar de fácil combustão, geraria fogo.

A pesquisa científica muitas vezes é movida pela busca de aperfeiçoamento de tecnologias já existentes, ou invenções utilitárias, mas também pelo prazer das descobertas ao acaso, que se misturam com o encantamento que a ciência é capaz de gerar.

EmRede é um espaço que se propõe a apresentar pesquisadores do mundo. Desse modo, buscamos não apenas apresentá-los, mas enriquecer o debate sobre o quão fascinante pode ser o fazer científico.

A partir da pergunta “o que te fascina na tua pesquisa?”, pesquisadores de áreas diversas se mostram dispostos a partilhar conosco, o que para além do tecnicismo, atua como o motor da curiosidade.

Em cada edição, conforme buscamos cientistas pelo mundo, propomos também estreitar os laços entre estes pesquisadores e suas pesquisas, que passam a ter contato e conhecer as tessituras desta rede, um organismo vivo e em atividade

Nesta edição, os pesquisadores Sean T. Mitchell, Bheatrix Bienemann e Lucas Botti nos contam o que faz com que se movam em direção a descobertas de novas respostas para problemas que os deixam intrigados.

LUIZA BRANDÃO

GRADUANDA EM GESTÃO PÚBLICA



Luiza Brandão é graduanda em Gestão Pública (GPDES) pela UFRJ e faz parte do grupo de pesquisa Corpografias: Raça, Gênero e Direito, uma parceria IPPUR (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano) e FND (Faculdade Nacional de Direito).

O QUE TE FASCINA NA SUA PESQUISA?

O grupo de estudos Corpografias busca reconhecer o Estado como agente ativo no significado de gênero e raça e se aprofundar em como essa dinâmica é criada, cultivada e manejada além de seus efeitos nos objetos de estudo. Tem como perspectiva o feminismo, anti-racismo e decolonialidade para produção de reflexões sobre a causalidade do direito na prática política e do próprio ordenamento jurídico e legislativo.

A minha pesquisa é um afluente do projeto Corpografias e de sua parceria com o Observatório de Proteção dos Direitos Humanos do CAAF (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense) da UNIFESP (Universidade Fede-

ral de São Paulo). Meu interesse maior na produção da pesquisa é analisar a produção normativa no Brasil e a mobilização de gênero, em âmbito federal, dentro do espectro de direitos humanos, buscando investigar qualitativa e quantitativamente as proposições, seus processos, agentes e resultados.

O que me fascina na pesquisa é uma pergunta incrivelmente difícil. Quase tudo nela me inflama a decifrar mais sobre os processos políticos e interação entre os agentes da relação e prática política. É um trabalho investigativo de descobrir e analisar estratégias de neutralização de lutas dos movimentos sociais e seus efeitos.

Eu busco entender como condições de existência são cultivadas, muitas vezes constrangidas, pelos produtores normativos e seus interesses. Diante do conservadorismo, a minha curiosidade foi aguçada em saber mais sobre como as linhas que perpassam a política e a religiosidade se opacificaram em meio ao neoliberalismo. Me interesssei mais por saber qual é a reação das forças políticas disputantes e como a existência de mulheres e pessoas LGBTs é atravessada por manobras políticas que se fundam em criações do imaginário como arma na arena política e produção legislativa.

Pessoalmente, a pesquisa promoveu muitas reflexões sobre a minha condição enquanto mulher e reconhecimento de classe e poder, no sentido de até que ponto estamos amarrados a experiências guiadas, até que ponto a autonomia realmente existe. Apesar de ser desafiador, cada passo em direção a conclusão desta pesquisa é transformador.

ROBSON COSTA

DOUTOR EM MEMÓRIA SOCIAL



Robson Costa tem doutorado e mestrado em Memória Social, na linha de memória e linguagem pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. É bacharel em Biblioteconomia pela mesma universidade. Atualmente é professor adjunto do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trabalho com pesquisas no campo da competência em informação, cultura, questão racial, sistemas de classificação documental, mas, especialmente no campo da construção de memória em linguagens de gêneros discursivos específico, como é o caso das histórias em quadrinhos, seu objeto principal de pesquisa desde 2004.

O QUE TE FASCINA NA SUA PESQUISA?

Acho que comecei a me interessar pelo campo da pesquisa ainda na graduação quando fui estagiar em uma biblioteca universitária especializada em questão racial no Brasil e na África. Era uma biblioteca essencialmente voltada para pesquisadores de pós-graduação. O espaço era frequentado por pesquisadores do mundo inteiro e o que eu aprendi ali, ainda como um aluno de graduação, foi indescritível. Tive contato com pessoas do Movimento Negro e participei de muitos eventos, além, claro, analisar muitas teses e dissertação para classificação e catalogação.

Ainda na graduação, fiz uma disciplina optativa chamada Infor-

mação, Memória e Documento, onde conheci minhas futuras orientadoras e que me fez querer tentar o mestrado logo após a graduação. Como era apaixonado desde a infância por histórias em quadrinhos e vi que existiam pesquisas sobre o tema no país, incluindo o maior núcleo de pesquisa de quadrinhos do país, na USP, fiz um TCC e fui para o mestrado com a temática das histórias em quadrinhos.

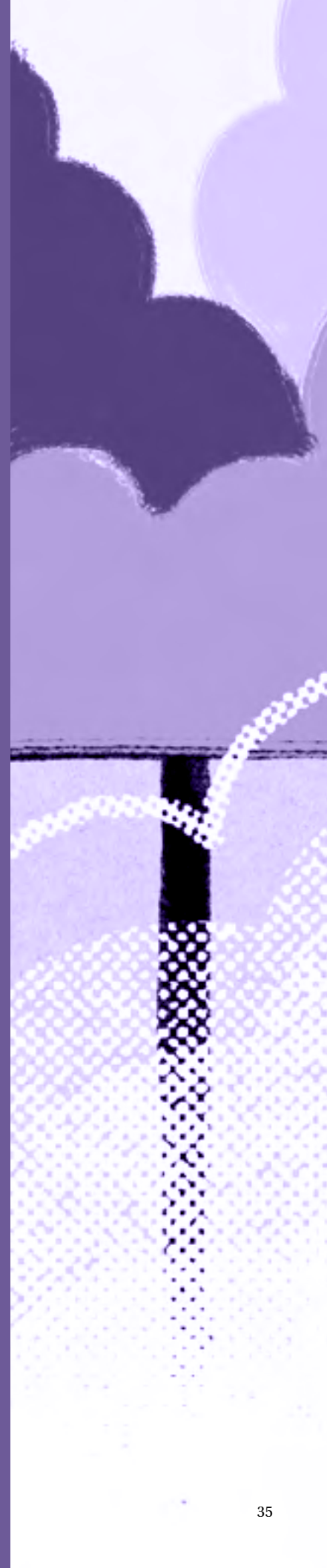
Dei início ao mestrado em memória social em 2005, na linha de pesquisa sobre memória e linguagem, onde tive meus primeiros contatos com a sociolinguística e com os gêneros discursivos trabalhados por Mikhail Bakhtin. Fiquei fascinado em como os estudos da linguagem me fizeram ver as pessoas, a sociedade – e meu papel nela – de outro modo. Percebi o quanto a relação entre memória, informação e linguagem é de suma importância para trabalharmos diversas questões sociais. E, como sempre me interessei pela indústria cultural, e os produtos oriundas desta, percebi o quanto essas produções e seus discursos têm o poder de construção de sentidos na so-



cidade – para o bem ou para o mal – e como estes são relevantes nas nossas construções de memória, dos conceitos e preconceitos, das visões de mundo do nosso dia a dia.

Como diz a máxima: não existe discurso inocente. No tocante às histórias em quadrinhos me interessei muito pelo universo dos super-heróis e achei gratificante, enquanto pesquisador, perceber o quanto as narrativas desse gênero discursivo possuem uma importância social na história ocidental das últimas 80 décadas muito mais relevante e profunda do que eu imaginava quando era apenas um leitor. Por isso, no doutorado, trabalhei com as adaptações cinematográficas de histórias em quadrinhos de super-heróis, como um fenômeno industrial e cultural do século XXI.

No momento atuo, na Rede Coinfo, ligada ao campo da Competência em Informação e que reúne pesquisadores de várias instituições como UFRJ, UniRio, FioCruz, IBICT, onde desenvolvemos pesquisas e projetos de extensão em escolas públicas sobre o papel da informação e da produção científica para uma sociedade mais justa, humana e desenvolvida. Pretendo começar em breve, na Rede Coinfo, um projeto que relacione a o papel dos gêneros discursivos das histórias em quadrinhos e do cinema, enquanto instrumentos de construção de memória associados à competência informacional em escolas públicas do estado do Rio de Janeiro, trabalhando a questão discursiva dessas produções com temas sociais de questão de raça e gênero ligados à construção de conhecimento científico.



SUELEN SIQUEIRA JULIO

DOUTORA EM HISTÓRIA



Suelen Siqueira Julio é professora do Departamento de História do Colégio Pedro II, tem doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com curto período de investigação na Universidade de Lisboa. É mestra em História pela UFF, instituição na qual obteve também os graus de Bacharelado e Licenciatura em História. Tem experiência nas áreas de História do Brasil e da América na Época Colonial, com ênfase em História Indígena. Sua pesquisa de mestrado foi contemplada com o 9º Prêmio CNPq Construindo a Igualdade de Gênero (2014) e publicada como livro sob o título “Damiana da Cunha: uma índia entre a ‘sombra da cruz’ e os caiapós do sertão (Goiás, c. 1780-1831)”, pela Eduff. Mais recentemente, sua tese “Gentias da terra: gênero e etnia no Rio de Janeiro colonial” recebeu menção honrosa no VII Premio de Investigación a Tesis Doctorales Iberoamericanas, Fundación Academia Europea e Iberoamericana de Yuste (Espanha).

O QUE TE FASCINA NA SUA PESQUISA?

Sou pesquisadora na área de História Indígena, com ênfase nas mulheres indígenas. Meu interesse pelo tema começou com uma bolsa de Iniciação Científica, com a professora Elisa Frühauf Garcia

(UFF), que foi minha orientadora até o doutorado! A convite da Elisa, em meados de 2010, comecei a pesquisar temas relacionados aos povos indígenas na América colonial.

Naquela época, não era um tema muito estudado na UFF e, se eu não tivesse recebido tal convite, talvez eu nunca teria enveredado por um assunto que se mostrou tão fascinante para mim. Num primeiro momento, aceitei a pesquisa principalmente por representar a oportunidade de obter uma bolsa, que me manteria fora de subempregos, possibilitando que eu pudesse custear gastos como xerox, alimentação e passagens. Contextualizando: fui uma estudante muito pobre, vinda da periferia da periferia, ou seja, nascida e criada em Jardim Catarina, bairro da cidade de São Gonçalo, Rio de Janeiro. Fruto de uma escolarização precária em escolas estaduais localizadas no Catarina, cheguei com muita dificuldade e muita luta (coletiva e individual) à universida-

de. E precisava me manter ali. Pois bem, a participação na pesquisa me ajudaria nisso. Com o passar do tempo, das leituras bibliográficas e das pesquisas no arquivo, tomei um grande gosto pelo tema da História Indígena e pelo ofício do historiador.

Decidi que minha monografia de final de curso seria sobre indígenas. E, como eu já nutria o desejo de estudar história das mulheres, conversei com a Elisa Garcia sobre ela ser minha orientadora e sobre qual tema poderia unir minha paixão antiga pela história das mulheres com meu novo amor para com a história indígena. Foi aí que surgiu o nome de Damiana da Cunha.

Em conversa com o professor Ronaldo Vainfas, a Elisa ouviu sobre o caso da Damiana que, segundo Vainfas, daria um ótimo tema de monografia ou mesmo doutorado. Fui atrás de saber quem seria essa pessoa. Damiana viveu na região da capitania de Goiás, entre o final do século XVIII (c. 1779) e inícios do XIX (1831). Foi uma indígena caiapó que viveu um momento em que os luso-brasileiros buscavam atrair os caiapós para o meio dos brancos. Nesse processo, Damiana da Cunha se tornou uma liderança indígena respeitada entre brancos e caiapós em inícios do século XIX. Vocês podem conferir mais detalhes sobre isso no meu livro.

Depois de estudar a Damiana na monografia e no mestrado, comecei a pensar no doutorado. Quis sair de Goiás e vir estudar o local onde nasci, o estado do Rio de Janeiro. Busquei estudar os modos pelos quais as mulheres indígenas foram inseridas na sociedade colonial do Rio, tanto a cidade quanto a capitania. Tive contato com uma realidade multifacetada, que em nada corresponde aos estereótipos que costumam pesar sobre tais mulheres. É comum que suas trajetórias sejam invisibilizadas ou relegadas a ideias como “elas foram objetos sexuais”, “elas foram as mães dos filhos dos portugueses”, “as mães dos ‘primeiros brasileiros”.

Ora, se é verdade que os ventres indígenas geraram filhos dos colonizadores – seja por relações forçadas ou consentidas – é verdade também que suas histórias não se reduzem a isso. As mulheres indígenas atuaram, no decorrer de toda a história desta terra que hoje se chama Brasil, de diversas formas: foram líderes políticas, trabalhadoras, musicistas, catequistas, intérpretes de línguas etc. Ficaria feliz se vocês que leem esta entrevista fossem ler minha tese, na qual consegui preencher muitas páginas sobre os modos pelas quais as mulheres indígenas viveram, amaram, sonharam e lutaram por seus projetos de futuro em diversos momentos da história.

Fica para nós o recado de que as mulheres e os homens dos povos originários fizeram, fazem e farão parte de todos os momentos de nossa história. E elas e eles nos ensinam que se queremos um futuro devemos lutar por ele.

UPLOAD

O AFROFUTURISMO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Explorando Novas Narrativas

ANA PAULA SIMONACI

O Afrofuturismo é um movimento cultural e artístico que une elementos da cultura africana e da ficção científica para imaginar futuros alternativos que tem ganhado destaque significativo no Brasil contemporâneo. Com suas raízes profundas na diáspora africana e na luta contra o racismo, o Afrofuturismo no país está emergindo como uma poderosa ferramenta de expressão, empoderamento e reimaginação das narrativas negras.

São diversas as maneiras pelas quais o Afrofuturismo se manifesta na arte. A literatura desempenha um papel crucial, já que é uma estética derivada da ficção científica, mas não apenas na escrita, vemos grande influência na música, no audiovisual, nas artes visuais, até nos games, por exemplo.

No Brasil contemporâneo essa estética influencia grandes autores e intelectuais como Conceição Evaristo e Abdias do Nascimento, que usam a ficção especulativa para abordar questões de identidade, racismo e desigualdade. Suas obras desafiam as convenções literárias tradicionais, permitindo que a imaginação

voe livremente em busca de um futuro onde a igualdade racial seja uma realidade.

Alguns nomes na literatura de ficção científica são Fábio Kabral, Lu Ain-Zaila e Kinaya Black. Fábio Kabral é autor dos romances “Ritos de Passagem”, “O Caçador Cibernético da Rua 13” e “A Cientista Guerreira do Facão Furioso”. Também é cofundador do site O Lado Negro da Força, que promove e fomenta a presença negra na cultura pop, além de candomblecista iniciado no Ilê Oba Àṣẹ Ogodo. Essa última informação é fundamental para entender a obra de Kabral.

Lu Ain-Zaila, é de Nova Iguaçu, e lançou a primeira obra de ficção especulativa protagonizada por uma heroína negra - a saga “Duologia Brasil 2408”, composta por dois livros: “(In)Verdades” e “(R)Evolução”. Sua coletânea de contos “Sankofia” nos mostra as inúmeras possibilidades do gênero afrofuturista, como no conto “Ode à Laudelina”, por exemplo, ela fala sobre empregadas domésticas unindo ficção científica, terror social e outros gêneros.

Kinaya Black, também conhecida como Afrofuturista Cearense, é autora do livro “EU Conheço Uzomi”, do conto “Te Encontro no Futuro” e “Versos Livres, Como Nós”. Ela é pesquisadora do Afrofuturismo na literatura e audiovisual, tradutora e bordadeira. “Eu conheço Uzomi” tem uma narrativa que se passa em um governo que privilegia a elite, detentora de um padrão de vida altamente tecnológico, escolas e demais serviços públicos foram desativados para esta população. E conta a história da professora Hadassa, que mora no sertão do Ceará com

sua família, e após perder o emprego passa a trabalhar em uma fábrica, onde os empregados são levados por ônibus e não possuem qualquer lembrança do percurso ao desembarcarem. Entre idas e vindas, Hadassa conhece Uzomi com quem desenvolve um relacionamento, porém constantes desaparecimentos mudam a vida do casal e de seus amigos.

Indo além, podemos citar ainda a influência de Ale Santos no universo dos games. Ele é autor de sci-fi e fantasia afroamericana, mas também é roteirista especializado em games e storytelling. No twitter ganhou fama e se conectou com a comunidade gamer, com postagens e comentários sobre jogos. Seu último livro “O Último Ancestral” será adaptado para o audiovisual (mas ainda não temos data de lançamento). A narrativa traz a realidade da luta contra a exterminação da população de Obambo – que remete a realidade das favelas brasileiras. Em um trecho do livro, a personagem Moss afirma: “Lutar sozinho é um ato de legítima sobrevivência, mas, quando nos unimos às lutas dos outros que têm o mesmo desejo de viver, esse ato se torna uma revolução” e é seguido pela resposta de Elish e Hanna: “É Nós”.

O Afrofuturismo na ficção científica tem um importante papel nas discussões e lutas sociais contemporâneas, como exercício de imaginação e especulação, traz tanto reflexões inovadoras sobre o mundo atual, como propostas para mudanças.

Dentro de outras linguagens da arte, podemos ver a influência visual, sonora e de pensamento. Na música, por exemplo, essas influências refletem nas obras de artistas como Emicida e Baco Exu do Blues, que incorporam elementos afrofuturistas em suas letras e performances, conectando a herança cultural africana com questões sociais contemporâneas. Eles exploram a ideia de que o passado, presente e futuro estão interligados, destacando a importância da ancestralidade na construção da identidade.

Outros nomes interessantes que bebem

nesta referência são Jonathan Ferr e Ellen Oléria. Jonathan Ferr é uma das grandes apostas no atual cenário do jazz brasileiro, com influências no hip hop, funk, soul e música eletrônica. E Ellen Oléria é uma cantora e compositora natural de Brasília, que no seu disco chamado de “Afrofuturista”, traz desde a capa marcada por essa estética, até nas letras de músicas como “Afrofuturo”, e na sonoridade, buscando novas propostas sonoras para a música brasileira.

Nas artes visuais, artistas como Ayrson Heráclito e Eder Muniz usam o Afrofuturismo para criar instalações e obras que exploram a experiência negra no Brasil e no mundo. Suas peças muitas vezes incorporam elementos de tecnologia avançada, criando uma ponte entre o passado, o presente e o que está por vir.

Um artista versátil é No Martins, que utiliza técnicas da pintura, performance, instalação e experimentação com objetos. Suas pesquisas estão no campo das relações interpessoais no cotidiano e questões raciais, passando pela violência policial e o encarceramento em massa. Já Felipe Borges, tem uma pesquisa está relacionada à tradições africanas com foco na arte Etíope e Egípcia. A cultura Rastafári também tem forte influência nas suas criações. Ele desenvolve trabalhos de murais pela cidade, pinturas em telas e ilustrações digitais e trabalha com arte e educação.

Uma técnica bastante utilizada dentro desta estética é a colagem. Um nome expoentes deste movimento são Senegambia, Silvana Mendes e Rynnard. Senegambia é artista carioca trabalha com fotomontagens, a partir da abordagem da iconografia da religiosidade e cultura iorubá. Silvana Mendes, é artista visual maranhense, ela usa como suporte artístico a colagem digital, o lambe, o muralismo e a fotografia afetiva e trabalha com a desconstrução de visualidades negativas e estereótipos imposto em corpos negros, tentando ressignificar símbolos e visualidades. Rynnard é artista visual, publicitário e designer gráfico natural da região do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais. Sua pesquisa artística perpassa memória e fotografia, colagem digital e cultura afro-brasileira.

O Afrofuturismo não é apenas uma expressão artística; é também uma forma de resistência e um chamado à ação. No Brasil, onde o racismo persiste como uma ferida aberta, o Afrofuturismo serve como um convite para reescrevermos a história e construirmos um futuro em que todas as vozes e culturas tenham igualdade de espaço e oportunidade.

No Brasil contemporâneo este tem sido um movimento em crescimento que desafia as fronteiras do tempo e da realidade. Por meio da música, literatura, artes visuais e ativismo, os artistas e pensadores afrofuturistas estão reimaginando o futuro do país, colocando a narrativa negra no centro da conversa e inspirando esperança para uma sociedade mais justa e inclusiva.

QUA DRI NHAN DO

*QUADRINHANDO TRAZ A CADA NÚMERO
DESENHISTAS CONVIDADOS A SEGUIR O FIO
NARRATIVO DOS NÚMEROS ANTERIORES,
CRIANDO UMA OBRA ABERTA E COLETIVA.*



**ALINE
ZOUVI**

Aline Zouvi, 33, nascida no Rio de Janeiro e residente em São Paulo, fez mestrado sobre as obras da quadrinista Alison Bechdel. Desde 2017, tem dado oficinas de quadrinhos, publicado cartuns e ilustrações em veículos como Folha de São Paulo, Piauí e Quatro Cinco Um, e participado de diversas mesas de discussão e feiras. Trabalha, também, com tradução e revisão de quadrinhos e literatura. Dentre seus quadrinhos e zines, destacam-se Síncope (lançado na CCXP 2017, vencedor do Prêmio Dente de Ouro 2018 e finalista do HQMix), Óleo sobre Tela (UgraPress, 2018), Pão Francês (Incompleta, 2019, finalista do HQMix e Angelo Agostini), Tradução Simultânea (SapataPress, 2020) e Não Nasci Sabendo (Selo Harvi, 2022). No momento, está trabalhando em sua primeira graphic novel.

CONFIRA, NA PRÓXIMA PÁGINA, A CONTINUAÇÃO DA HISTÓRIA DA EDIÇÃO ANTERIOR.

OBRAS DA AUTORA

Não Nasci Sabendo (2022) | HQ
Selo Harvi

Tradução Simultânea (2020) | HQ
Editora SapataPress

Pão Francês (2019) | HQ
Editora Incompleta

Polaroid (2018) | HQ
Independente

Óleo sobre tela (2018) | HQ
Editora UgraPress

Som e Fúria (2018) | Ilustração
Independente

Síncope (2017) | HQ
Independente

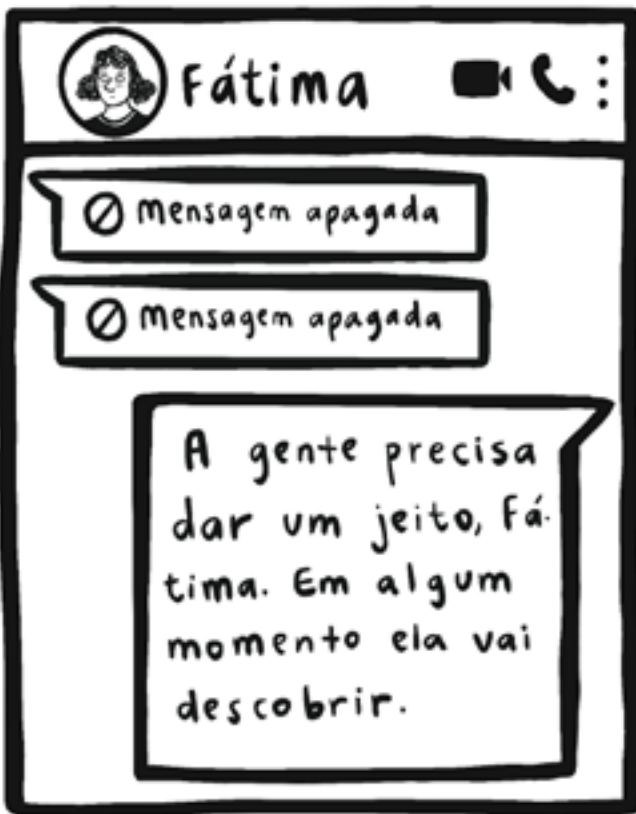
Condição (2017) | Ilustração
Independente

Ansiedade (2017) | HQ
Independente

Em segunda pessoa (2013) | Poesia
Editora Medita







Poderia o céu da noite ter sido varrido? As estrelas não estavam. Era só noite e o calor era um manto que abafava a comunidade e fazia Janna duvidar do menos pior, sair para sentar na calçada ou brigar por moedas para mais um sacolé.

Ela sabia que não poderia comprar, e ficar na rua também não parecia tão legal, só tinha os menores. Qual era o sentido disso? Janna pensou antes de subir na laje de sua vizinha, colada no teto da casa de sua família. Ficou estirada lá, buscava silêncio e menos calor, parecia ter encontrado só um pouquinho das duas coisas.

Janna estava no celular quando ouviu o que parecia ser vento, mas não o sentiu. E então aconteceu de novo, ela se arrepiou e do mais absoluto nada deu um chute no ar e ouviu um barulho que não fazia sentido, um uivo de dor como se tivesse acertado alguém e pá, seja quem for caiu no chão gemendo. Parecia um menino e, na verdade, era um adolescente. Ela tinha chutado o coitado bem lá.

“Precisava fazer isso sua garota louca!”, disse o garoto que não recebeu resposta porque Janna não podia vê-lo. Só ouvia sua voz e, antes que pudesse correr, ele agarrou seu braço. Ela paralisou sem acreditar no que estava acontecendo e, vendo um garoto negro que parecia com qualquer um de sua escola, cabelo “nevado” curtinho e um moletom e calça que, como dizer, refletiam a noite, ela, tudo ao redor.

Aquilo chamou mais a atenção de Janna que o garoto com cara de comum a segurando – muito incrível – e quando pensou em tocar, ouviu o alerta na mesma hora. “Vai cair dentro da noite e nunca mais sair”. Isso assustou Janna e, então, ele riu, tirou o capuz da cabeça e disse que era “brincadeira”. Só estava zoando

com ela, mas agora que tinha certeza de que ela o via claramente, sem gritar, poderia descansar ali.

Janna pediu para que largasse o seu braço e ficou olhando sem entender. Não fazia sentido, mas ainda assim o garoto estava diante dela e não a assustava de modo algum.

“Que tipo de, eu não sei, é você?”, perguntou curiosa e com certa cautela.

“Tá doida, garota! Eu sou como você, mas tô de castigo”, respondeu, deixando Janna sem entender nada. Mas “como assim como eu? Um garoto normal? Não parecia.

“Fui pego pela minha língua. Desafiei o vento da área e foi que nem no ditado da minha vó, o que diz cuidado que pode ter alma, alguém ouvindo e vem responder? Pois é, o aspirante do CVU – Controle de Ventos Urbanos – ouviu e se doeu. E agora estou nessa roubada de – saber como é – entendeu?”, disse ele gesticulando.

Janna parecia séria, mas explodiu numa gargalhada de fazer chorar. Quer dizer que “um ventou ouviu”, ficou “bolado” e resolveu dar a ele uma lição? Sim. Foi exatamente o que ouviu. Mas o garoto não estava rindo, ela percebeu e se controlou. Foi quando a ficha caiu e ela pediu para ele esclarecer o “castigo”.

O rapazinho ficou zangado e chegou bem perto de seu rosto para responder.

“Ele me fez responsável por ser vento esta noite na sua comunidade. Para eu ver como é bom tentar amenizar o calor dentre tantas paredes quentes e vielas. Eu tenho que refrescar essa área até o amanhecer. Entendeu?”. O menino segurava o moletom e Janna entendeu: a roupa “de vento” tinha o poder de fazer isso, não ele.

“Posso fazer isso um pouco também? Vai, deixa...”, disse Janna animada.

O menino não entendeu, mas ela pediu para ele esperar, voltou com suco, pão de carne moída, bala de caramelo. E enquanto ele comia, ela vestiu o moletom e foi andar pelas vielas de seu bairro. Mas, a sensação de liberdade era tão incomum que ela dançava e quase tocava o rosto das pessoas, aliviadas com a brisa que finalmente parecia ter encontrado seus endereços. Aquilo era mágico demais.

E foi quando Janna decidiu que ia perseguir a próxima brisa e cutucá-la para se tornar uma aspirante do CVU também. Ela queria ser vento.



QUEM É LU AIN-ZAILA?

É pedagoga (UERJ). Escritora afrofuturista e publicou: Duologia Brasil 2408, composta por (In)Verdades e (R)Evolução em 2026-2027, Sankofia em 2018 e, Ìségún em 2019 .

Ensaista e pesquisadora em construção, escrevendo sobre afrofuturos entre temporalidades afrobrasileiras e africanas.

DE OLHO NO SESC

4º CONGRESSO MUNDIAL DE EDUCAÇÃO SESC RJ

A 4ª edição do Congresso Mundial de Educação Sesc RJ acontecerá de 25 a 27 de outubro, das 9h às 20h, no Sesc Flamengo, na rua Marquês de Abrantes, 99, nos formatos presencial e virtual. O evento é gratuito e será transmitido ao vivo pelo YouTube do Sesc RJ.

Este ano, o tema “O Despertar das Consciências” convida à reflexão sobre os pilares que fundamentam as ações educativas no Sesc RJ: o anticapacitismo, o antirracismo e letramento científico, que dialogam, profundamente, com a complexidade do mundo contemporâneo.

Com um cronograma vasto, que vai desde ações pré-Congresso com a agenda de visitas à territórios de comunidade remanescente quilombolas, indígenas e de herança africana, até as diversas atividades como palestras, minicursos, debates, sessão de diálogos, exposições e lançamentos de livros, que farão parte da programação dos dias 25 a 27 de outubro. Pesquisadores mundialmente conhecidos como Gabriel Chalita, Marcelo Zig, David Rodrigues (Portugal), Emílio Figueira, Conceição Evaristo, Issaka Maïnassara, Barbara Carine, Anny Ocoró Loango (Argentina), Carlos Alvarez Nazareno (Argentina), Alicia Fernanda Sagüés Silva (Espanha) e Aliã Wamiri Guajajara, já confirmaram presença.

Confira a programação completa.

DIA 25/10

9h30 - CREDENCIAMENTO

10h30 - ABERTURA

11h - APRESENTAÇÃO DO MUSICAL

Nelson Rodrigues, o amor e o tempo
Guilherme Logullo e Jullie

PALESTRA

A Educação do Afeto
Gabriel Chalita (Brasil)

14h - MESA DE DIÁLOGOS 1

Educação Decolonial, Ações Afirmativas e Experiências do Sul Global
Issaka Maïnassara (Níger)
Carlos Alvarez Nazareno (Argentina)

16h - PALESTRA

Capacitismo e Interseccionalidade
Marcelo Zig (Brasil)

16h30 - LANÇAMENTO DA REVISTA VIRTUAL HUMANOS

Adriano Rocha, Ana Paula Simonaci e Bernardo de La Vega Vinolo
Convidado Especial: Ailton Krenak

DIA 26/10

9h - CREDENCIAMENTO

9h30 - MINICURSOS

1. Por Uma Educação de Esperança e Antirracista

Glenda Cristina Valim de Melo (Print-Unirio/CNPq)

José Sena (Print-Unirio/CNPq)

Thaís Borges (Print-Unirio/CNPq)

2. Inclusão em Educação e Direitos Humanos

Jacqueline Gomes (UFF)

3. Translinguagem e Línguas em Contato

Raquel Souza de Oliveira (UFRJ)

13h30 - SESSÃO DE DIÁLOGOS

Apresentação dos trabalhos aprovados

1. Eixo educação antirracista, valorização das pluri-identidades e conhecimentos etnocientíficos

1. Diversidade, currículo e inclusão.

2. Formação de Professores.

3. Desconstrução de Estereótipos.

4. Experiências do Ser.

5. Abordagens Interdisciplinares.

6. Políticas Públicas e Legislação.

7. Produção do conhecimento e narrativas raciais.

8. Representação e mídia.

9. Educação para democratização da ciência.

2. Eixo linguagem e sociedade

1. Memória, história e práticas identitárias.

2. Formação de Professores.

3. Territórios e territorialidades.

3. Eixo acessibilidade e inclusão por uma educação antipacitista

1. Sociologia do Diagnóstico.

2. Formação de Professores.

3. Tecnologia Assistiva e Sala de Aula.

4. Autobiografias.

5. Inclusão Excludente e a Interseccionalidade.

6. Políticas Públicas e Legislação.

7. Família e Educação.

18h - RODA DE CONVERSA

Intelectualidades Negras

Convidada Especial: Conceição Evaristo

Bárbara Carine

Mediação: Obirin Odara

DIA 27/10

9h - CREDENCIAMENTO

9h - OFICINA SONS DA ANCESTRALIDADE (9h às 18h)

10h - MESA DE DIÁLOGOS 2

Educação sem Inclusão é Educação?

Emílio Figueiredo (Brasil) (On-line gravado)

David Rodrigues (Portugal)

Mediação: Jacqueline Gomes (Brasil)

Participação Especial: Temple Grandin

(Entrevista gravada)

13h30 - LANÇAMENTO DO LIVRO

Inclusão e Direitos Sociais: a parceria público-privada na promoção de direitos sociais via terceiro setor

Carina Alves

14h - MESA DE DIÁLOGOS 3

Educação Intercultural

Alicia Fernanda Sangüez Silva (Espanha)

Aliã Wamiri (Brasil)

Anny Ocoró Loango (Argentina)

16h - PALESTRA

68 Voces – Projeto Mexicano com povos indígenas

Transmissão ao vivo - Gabriela Badillo

17h - ENCERRAMENTO



SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC

Administração Regional no Estado do Rio de Janeiro
Rua Marquês de Abrantes, 99 – Flamengo

CONSELHO REGIONAL DO SESC DO RIO DE JANEIRO

Presidente: Antonio Florencio de Queiroz Junior

Diretor Regional: Regina Pinho

EFETIVOS:

Alberto Machado Soares, Alex Bolsas, Andréa Marques Valença,
Antônio Lopes Caetano Lourenço, Bráulio Rezende Filho,
Flávio Luis Vieira Souza, Germano de Freitas Melro Valente,
Guilherme Braga Pires Neto, Igor Edelstein de Oliveira,
José Aníbal dos Prazeres, José Essiomar Gomes da Silva,
José Jorge Ribeiro Gomes, Luiz Edmundo Quintanilha de Barros
Napoleão Pereira Velloso, Natan Schiper,
Oswaldo Luis Cordeiro Teles, Pedro José Maria Fernandes Wahmann,
Sérgio Neto Claro

SUPLENTES:

Adelson Vargas da Silva, Antônio de Pádua Alpino,
Antônio José Ouvinha Peres Osório, Belmiro Carlos Nunes,
Elaine Britto Rodrigues da Silva, Jeronimo Pereira dos Santos,
Jorge Guilherme Aida Aiex, José Carlos Corrêa,
Levi Moreira de Freitas, Maxmilliam Lamoglia de Freitas,
Nazra Corrêa da Silva Simão, Nestor Porto de Oliveira Neto

REPRESENTANTES DO CONSELHO REGIONAL JUNTO AO CONSELHO NACIONAL

EFETIVOS:

Antonio Florencio de Queiroz Junior
Natan Schiper, Pedro José Maria Fernandes Wahmann

SUPLENTES:

Alberto Machado Soares, Andréa Marques Valença,
Napoleão Pereira Velloso



REVISTA *humanas*